

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, GESTÃO E
SUSTENTABILIDADE – PPGTGS (MESTRADO PROFISSIONAL)

LILIAN SANCHES CAMARGO

**PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR
ESTADUAL DO PARANÁ**

DISSERTAÇÃO

FOZ DO IGUAÇU

2018

LILIAN SANCHES CAMARGO

**PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR
ESTADUAL DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade** da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre**. Área de Concentração: Tecnologia e Gestão.

Orientador: Dr. Luciano Panek

Co-orientador: Prof. Dr. Eduardo Cesar Dechechi

FOZ DO IGUAÇU

2018

Ficha Catalográfica

LILIAN SANCHES CAMARGO

**PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR
ESTADUAL DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, aprovado pela comissão julgadora:

Prof. Dr. Luciano Panek (orientador)
Professor do PGTGS – Campus de Foz do Iguaçu

Prof. Dr. Eduardo Cesár Dechechi (coorientador)
Professor do PGTGS – Campus de Foz do Iguaçu

Profa. Dra. Manoela Silveira dos Santos (membro)
Professor do PGTGS – Campus de Foz do Iguaçu

Prof. Dr. Eduardo Marques Trindade (membro)
Professor do Institutos LACTEC

Prof. Dr. Carlos Henrique Zanelato Pantaleão
Coord. do Mestrado Profissional em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade
Portaria N°4630/2016 GRE UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu

Foz do Iguaçu, 15 de dezembro de 2017

RESUMO

CAMARGO, L, S. (2017). Um estudo sobre o diagnóstico das práticas socioambientais adotadas em uma instituição de ensino superior estadual, sob a ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Dissertação de Mestrado – Programa de Pós- Graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade - PGTGS, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

O surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável trouxe mudanças na maneira de agir das empresas, no sentido de adotar práticas cotidianas que demonstrem respeito e preocupação com a natureza. Neste contexto de mudanças, inserem-se também as Instituições de Ensino Superior (IES), por possuírem um papel fundamental no processo de mudança da sociedade quanto às questões da sustentabilidade. Este estudo tem como objetivo fazer um diagnóstico das práticas socioambientais adotadas em uma instituição de ensino superior estadual, sob a ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa se classifica como qualitativa e quanto aos procedimentos metodológicos, é utilizado o estudo de caso. Ficou evidenciado no estudo que não existe na instituição uma política ambiental formalmente inserida em sua gestão e, que a Instituição atende parcialmente as diretrizes propostas pela A3P e que as ações existentes acontecem de maneira isolada e desarticuladas. A análise dos resultados indicou a necessidade de se criar uma agenda ambiental, a criação de um comitê para discutir a temática socioambiental com representações docente, discente e de agentes universitários, uma vez que a temática exige esforço de toda a comunidade acadêmica para que se obtenham os resultados esperados.

Palavras-chave: A3P, IES, sustentabilidade, responsabilidade socioambiental

ABSTRACT

CAMARGO, L, S. (2017). A study on the diagnosis of socio-environmental practices adopted in a State Higher Education Institution, from the perspective of the Environmental Agenda in Public Administration (A3P). Master's Dissertation - Postgraduate Program in Technologies, Management and Sustainability - PGTGS, State University of Western Paraná - UNIOESTE, Foz do Iguaçu, Paraná, Brazil.

The emergence of the concept of sustainable development has brought about changes in the way companies act in order to adopt everyday practices that show respect and concern for nature. In this context of changes, Higher Education Institutions are also included as they play a fundamental role in the process of changing society, regarding sustainability issues. This study aims to make a diagnosis of socio-environmental practices adopted in a State Higher Education Institution, from the perspective of the Environmental Agenda in Public Administration (A3P). Regarding the approach of the problem, this research is classified as qualitative and for methodological procedures, the case study is used. It was evidenced in the study that there is no environmental policy formally inserted in its management and also that the institution partially complies with the guidelines proposed by the A3P and that the existing actions occur in an isolated. It should be emphasized that the analysis of the results indicated the need to create an environmental agenda on the institution, the creation of a committee to discuss the socio-environmental theme in the institution with representations of teachers, students and university agents, once the theme requires effort of the entire community to achieve the expected results.

Key words: A3P, sustainability, social and environmental responsibility

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	Objetivo Geral	3
1.2	Objetivos Específicos	3
1.3	Justificativa	3
2	REFERENCIAL TEÓRICO	4
2.1	Responsabilidade Socioambiental	4
2.2	Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior	7
2.3	Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	10
2.3.1	Implantando a A3P na Instituição.....	14
2.3.2	Eixos Temáticos.....	15
2.3.2.1	Uso Racional de Recursos e Bens Públicos.....	15
2.3.2.2	Gestão Adequada dos Resíduos Gerados	16
2.3.2.3	Qualidade de vida no ambiente de trabalho (QVT).....	17
2.3.2.4	Sensibilização e capacitação dos servidores	18
2.3.2.5	Licitação sustentável.....	19
2.3.2.6	Construções, reformas e ampliações sustentáveis	20
3	METODOLOGIA.....	21
3.1	Enquadramento metodológico e delimitação da pesquisa	21
3.2	Coleta de dados	22
3.3	Local de estudo	24
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	25
4.1	Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.....	25
4.1.1	Consumo de água.....	26
4.1.2	Consumo de energia elétrica.....	256
4.1.3	Consumo de copo plástico.....	27
4.1.4	Consumo de papel.....	28
4.1.5	Consumo de combustível.....	28
4.2	Gestão adequada dos resíduos gerados.....	29
4.3	Qualidade de vida no ambiente de trabalho (QVT).....	31

4.4	Sensibilização e capacitação dos servidores.....	33
4.5	Licitações sustentáveis.....	34
4.6	Entrevista com o Diretor Geral.....	35
4.7	Percepção dos gestores quanto às práticas socioambientais na Unioeste de Foz do Iguaçu	36
4.7.1	Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.....	36
4.7.2	Gestão adequada dos resíduos gerados.....	37
4.7.3	Qualidade de vida no ambiente de trabalho.....	38
4.7.4	Sensibilização e capacitação dos servidores.....	39
4.7.5	Licitações sustentáveis.....	39
4.7.6	Sensibilização com os gestores.....	40
4.8	Proposições.....	42
4.9	Síntese da análise das práticas socioambientais na Unioeste de Foz do Iguaçu sob a ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).....	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
6	REFERÊNCIAS.....	46
	APÊNDICE A CHECK-LIST.....	53
	ANEXO A PARCEIROS FORMAIS DA A3P.....	55
	ANEXO B INDICADORES DE DESEMPENHO DA A3P	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Eixos Temáticos da A3P	12
Figura 2 - Organograma Institucional Administrativo	25
Figura 3 - Lixeiras para coleta seletiva da área externa	30
Figura 3a - Lixeira para coleta seletiva da área interna	30
Figura 3b - Lixeira para acondicionamento do lixo recolhido	30
Figura 4 - Rampa de acessibilidade	32
Figura 4a - Banheiro adaptado	32
Figura 4b – Elevador	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução das adesões à A3P: nacional, 2005-2016 (dados acumulativos)	13
Gráfico 2 – Consumo energia entre os anos de 2011 a 2016	27
Gráfico 3 – Percepção quanto ao uso dos recursos naturais e bens públicos	36
Gráfico 4 - Percepção quanto à gestão adequada dos resíduos gerados	37
Gráfico 5 - Percepção quanto à sensibilização e capacitação dos servidores	39
Gráfico 6 - Percepção quanto às licitações sustentáveis	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais documentos	09
Quadro 2 – Ações de melhoria na qualidade de vida no trabalho	18
Quadro 3 – Benefícios da Licitação Pública Sustentável	20
Quadro 4 – Entrevista com o Diretor Geral	35
Quadro 5 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	38
Quadro 6 – Práticas socioambientais realizadas pelos gestores	40
Quadro 7 – Sugestões dos gestores de práticas a serem implementadas	41
Quadro 8 – Proposições de práticas socioambientais	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Consumo de copos plásticos (2012 a 2016)	27
---	----

LISTA DE SIGLAS E SÍMBOLOS

- A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública
- CBCS - Centro Brasileiro de Construções Sustentáveis
- CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- DPCS - Departamento de Produção e Consumo Sustentável
- ECO 92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- IES – Instituição de Ensino Superior
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- PDA - Plano de Desenvolvimento do Agente Universitário
- PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
- PROEX - Pró-reitoria de Extensão
- PRPPG - Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
- RSA – Responsabilidade Socioambiental
- QVT - Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
- UNCED - Conferências em Desenvolvimento Humano e em Ambiente e Desenvolvimento
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as discussões sobre o tema da sustentabilidade têm contribuído para mudanças significativas nos conceitos referentes à gestão das organizações, provocadas pelas demandas oriundas da sociedade, bem como pela necessidade de adequação à legislação em vigor (VIEGAS *et al.*, 2015).

De acordo com Espinheira (2014), o conceito de desenvolvimento sustentável traz mudanças no contexto social, econômico, político e ambiental, de maneira que as empresas e as organizações veem a necessidade de agir, de forma rápida, e adaptarem-se às condições atuais, adotando práticas que demonstrem respeito e preocupação com a natureza e a sociedade.

Entre as iniciativas globais voltadas para a temática da sustentabilidade, destaca-se a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ECO-92), que criou a Agenda 21, com o objetivo de propiciar maior respaldo as discussões e ações sobre sustentabilidade, através de diretrizes de planejamento e construção de sociedades sustentáveis (KRUGER *et al.*, 2011). Segundo os autores, ao tratar da construção de sociedades sustentáveis, o agente governamental assume importante papel, seja na elaboração, na execução ou na difusão de ações que permitam o efetivo desenvolvimento sustentável.

Complementando, Matias (2014) observa que na esfera pública, o governo tem papel fundamental na consolidação do desenvolvimento sustentável, porque ele é o responsável pelo estabelecimento de leis e normas que definem os critérios ambientais que devem ser seguidos por todos. Ademais, o poder público precisa ter uma atitude coerente, responsabilizando-se também por ajustar seu comportamento ao princípio da sustentabilidade, tornando-se exemplo de mudanças dos padrões de consumo e de produção.

Em relação à participação dos governos no processo de responsabilidade socioambiental, Barbieri (1997) aponta algumas possíveis iniciativas governamentais: as políticas voltadas ao comando e controle, tais como a fixação de normas e padrões ambientais, bem como a fiscalização na execução das mesmas; a promoção de políticas de caráter econômico com o objetivo de induzir o comportamento das pessoas e organizações, como benefícios através de incentivos fiscais ou custos adicionais por meio da aplicação de multas para aqueles que infringirem as normas estabelecidas; a intensificação de políticas voltadas para a educação ambiental e o estímulo à divulgação de boas práticas ambientais.

Nesse sentido, o governo brasileiro, alinhando as diretrizes de sustentabilidade, também para sua atuação e visando a promoção de práticas sustentáveis no cotidiano dos entes públicos, instituiu em 1999, o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que, embora não tenha obrigatoriedade legal, tem sido difundido e recomendado para os entes da administração pública (BRASIL, 2013).

A A3P é um programa que objetiva estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, levando à

economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável e da promoção, sensibilização, capacitação e qualidade de vida no trabalho (BRASIL, 2009, p. 7). Diante deste novo conceito de gestão, pautada na sustentabilidade, Viegas *et al.* (2015) destacam que as IES também devem adotá-lo.

Para Araújo (2004), o papel da educação superior nas discussões sobre sustentabilidade vai além da relação ensino/aprendizagem vista em salas de aula. Ela avança no sentido de projetos extraclasse envolvendo a comunidade do entorno, visando soluções efetivas para a população local. Embora apresente o papel fundamental no desenvolvimento de uma consciência socioambiental sustentável, a educação por si só não é capaz de implementar a sustentabilidade sem que se tome medidas concretas (JUCKER, 2002).

Nesta perspectiva, Lara (2012) destaca que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem colocar em prática aquilo que ensinam, tornando a sua própria gestão interna um modelo de gestão sustentável de sucesso para a comunidade, influenciando com resultados as organizações as quais os seus formandos irão fazer parte, visando à construção de um desenvolvimento social mais sustentável e justo.

Alshuwaikhat e Abubakar (2008) observam que as universidades ocupam um local de destaque perante as comunidades que as abrigam, haja vista o envolvimento direto no desenvolvimento tecnológico, na geração de conhecimento e informação e na formação de estudantes. Além disso, é considerado um local propício para discussões, manifestações e desenvolvimento de ações-modelo, tendo como objetivo, auxiliar na construção de uma sociedade mais justa, humana e sustentável.

Contribuindo, Petrelli e Colossi (2006) destacam que a missão das instituições de ensino vai além das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para os autores, além de promover a formação superior das pessoas de forma a suprir as demandas de profissionais para o mercado de trabalho, as instituições de ensino tem a nobre missão de educar os cidadãos em sua totalidade, sobretudo estimulando-lhes os valores éticos em tudo o que diz respeito à sobrevivência e às condições da vida humana individual ou associada.

Corroborando, Fonseca *et al.* (2011) destacam que a incorporação de valores e princípios sustentáveis nas instituições de ensino deve ir além da inserção da temática nos programas de disciplina, da exteriorização por meio de atividades de extensão, ou ainda publicação de pesquisas. Para os autores, os princípios de sustentabilidade também devem ser incorporados nas atividades rotineiras das instituições.

Espinheira (2014) observa que a prática da gestão ambiental, em IES, traz benefícios ao meio ambiente, às comunidades e à própria instituição, pois valoriza sua imagem, aumentando sua força competitiva e além de ganhar o respeito da sociedade. Criar, desenvolver e fomentar uma cultura voltada às práticas e ações sustentáveis, como o uso racional da água, o controle de resíduos, um sistema de reciclagem, trazem resultados positivos que, quando aplicados em escolas, faculdades e universidades tendem a criar benefícios ao meio, à comunidade e aos grupos ligados a ela.

Tendo em vista os argumentos que destacam o importante papel das Instituições de Ensino Superior no processo de mudança da sociedade quanto às questões da sustentabilidade, este estudo trata sobre a Gestão Socioambiental em uma Instituição de Ensino Superior Estadual, tendo como base empírica a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - Campus Foz do Iguaçu. A problematização do tema é norteadada pelo seguinte questionamento: Quais práticas socioambientais estão sendo adotadas na gestão da Unioeste Campus de Foz do Iguaçu sob a ótica dos eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?

Este estudo está estruturado em cinco seções, da seguinte maneira: esta seção que apresenta a temática da pesquisa, seguida pela seção 2, que faz uma breve revisão da literatura sobre responsabilidade socioambiental, sustentabilidade em instituição de ensino superior e Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). A seção 3 que apresenta os procedimentos metodológicos, seguido da análise dos resultados obtidos; as considerações finais na quinta seção; por fim, são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa.

1.1 Objetivo Geral

Fazer um diagnóstico das práticas socioambientais adotadas na gestão da Unioeste Campus de Foz do Iguaçu sob a ótica dos eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

1.2 Objetivos Específicos

Busca-se o alcance do objetivo geral por meio dos seguintes objetivos específicos:

- Identificar e analisar as práticas socioambientais adotadas na Unioeste Campus Foz do Iguaçu com base nos eixos temáticos da A3P (uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos, qualidade de vida no trabalho, sensibilização e capacitação, licitações sustentáveis);
- Verificar a percepção dos chefes de setores quanto às práticas socioambientais na Unioeste Campus Foz do Iguaçu com base nos eixos temáticos da A3P;
- Propor uma agenda ambiental a ser adotada pela Unioeste Campus de Foz do Iguaçu com base nos eixos temáticos da A3P.

1.3 Justificativa

A temática ambiental vem sendo muito discutida nos últimos anos em função da depredação do meio natural e decadência da qualidade de vida da sociedade, e isto ocorre dentre outras motivações, devido ao mau gerenciamento ambiental advindo do setor

privado e público. Diante desta problemática, a participação do Estado é determinante para a promoção de mudanças na postura da sociedade brasileira em relação à temática ambiental (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a sustentabilidade para as instituições públicas é um processo de transformação, pelo fato de representar o atendimento a uma nova meta: a preservação ambiental. Esta condição indica que sua atuação deve ser movida pelo reconhecimento do seu papel estratégico na indução de novos procedimentos, estimulando o consumo responsável, o combate ao desperdício e a responsabilidade socioambiental (BRASIL, 2009).

Corroborando, Matias (2014) observa que na esfera pública, o governo tem papel fundamental na consolidação do desenvolvimento sustentável, porque ele é o responsável pelo estabelecimento de leis e normas que definem os critérios ambientais que devem ser seguidos por todos. Ademais, o poder público precisa ter uma atitude coerente, responsabilizando-se também por ajustar seu comportamento ao princípio da sustentabilidade, tornando-se exemplo de mudanças dos padrões de consumo e de produção.

No que concerne à participação das instituições de ensino no processo da sustentabilidade socioambiental, estas possuem papel fundamental em favor da mudança cultural, devido ao seu poder de transformação e responsabilidade na inserção de intelectuais e técnicos na sociedade civil (MEDEIROS JR., 2004).

Assim, considerando o importante papel da Universidade no processo de mudança da sociedade quanto às questões da sustentabilidade, este estudo se justificativa por fazer um diagnóstico as práticas socioambientais adotadas na Unioeste Campus de Foz do Iguaçu sob a ótica dos eixos temáticos da A3P, identificar e analisar estas práticas e apresentar uma agenda ambiental para a Instituição. Importante também por trazer para discussão a temática da responsabilidade socioambiental de forma estruturada aos gestores e servidores da instituição, contribuindo para mudanças de hábitos e adoção de critérios de sustentabilidade em suas atividades rotineiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda a revisão da literatura que sustenta a pesquisa e análise dos resultados. Nesse sentido é apresentada, uma discussão sobre responsabilidade socioambiental, sustentabilidade em instituições de ensino superior, assim como aborda-se a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

2.1 Responsabilidade Socioambiental

A ação humana sobre o meio ambiente esteve, historicamente, focada na dominação da natureza, acarretando, muitas vezes, em graves consequências para a vida no planeta.

Como consequências, observa-se, entre outros casos, um crescimento no processo de urbanização, da concentração populacional nas cidades e da progressiva geração de resíduos decorrentes de padrões insustentáveis de produção e consumo (PINTO; CARLETTO, 2010).

Para o enfrentamento deste problema, faz-se necessário o desenvolvimento de um sistema sustentável, voltado para uma perspectiva sistêmica, que enfatize a colaboração e a cooperação. Esse novo sistema tem por base o conceito de Desenvolvimento Sustentável que, em linhas gerais, pode ser explicado como o desenvolvimento que busca por satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de suprir a necessidade das gerações futuras (BRUNDTLAND *et al.*, 1988).

Com o surgimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável, a partir do Relatório Brundtland, em 1987, alguns consultores de negócios e acadêmicos deduziram que, para sensibilizar as empresas e demais organizações, essa concepção deveria se relacionar com a linguagem dos negócios. Nesse contexto, Cintra (2011 apud CAVATTI, 2014) descrevem que surge a criação do termo *triple bottom line* (TBL) por John Elkington nos anos 90, cofundador da organização não governamental internacional *SustainAbility*.

Para Elkington (1997, p.20), a sustentabilidade é “o princípio de assegurar que nossas ações hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as gerações futuras”. Dessa maneira, o conceito de *Triple Bottom Line* sugere que o sucesso de uma organização não pode ser medido somente pelo lucro gerado no negócio, mas, também, pela possibilidade de associação do negócio com as dimensões econômicas, sociais e ambientais, ao qual a organização está sujeita, como parte integrante e atuante de uma sociedade. O *Triple Bottom Line*, segundo Elkington (1997), possui três pilares – *People*, *Planet* e *Profits*, que correlacionam ao social, ambiental e econômico respectivamente, sendo estes, contudo, tripés da sustentabilidade adaptados para o contexto do ambiente corporativo. (CAVATTI, 2014).

Complementando, o autor destaca que o TBL é a base para o desenvolvimento sustentável de uma organização. A dimensão econômica expressa a produção, distribuição, acumulação e consumo de bens materiais. A dimensão social é caracterizada pela relação entre as pessoas e a organização em que estão inseridas, e nessa dimensão ainda inclui-se educação, saúde e lazer. Já a dimensão ambiental está relacionada com a responsabilidade socioambiental da organização e ao capital natural. (ELKINGTON, 2004).

Neste contexto, Barbieri et al. (2010) afirmam que a adesão das empresas ao movimento pelo desenvolvimento sustentável ocorreu inicialmente em virtude de pressões externas, como resposta às críticas e às objeções das entidades governamentais e da sociedade civil organizada, que responsabilizavam as empresas pelos processos de degradação social e ambiental que atingiam o planeta, e, recentemente, representa fator de competitividade empresarial, podendo ser fonte de diferenciação ou qualificação para continuar no mercado.

Em seus estudos acerca dos aspectos teóricos da responsabilidade socioambiental, Cabestré *et al.* (2008, p. 43), argumentam que “trata-se de um processo que deve (...) incorporar ações que promovam a preservação e a melhoria da qualidade de vida da sociedade, dos pontos de vista ético, social e ambiental”. Os autores acrescentam ainda que a

responsabilidade socioambiental corresponde “ao posicionamento adotado pela organização diante do ambiente em que está inserida, avaliando o impacto que a sua presença causa na comunidade que a recebeu” (CABESTRÉ *et al.*, 2008, p. 43).

Segundo Melo Neto e Froes (2011), a responsabilidade socioambiental pode ser entendida como um compromisso permanente, por parte das organizações, na busca da adoção de postura e ações éticas que contribuam para o desenvolvimento econômico em consonância com a qualidade de vida de seus parceiros internos e externos.

Tachizawa (2005) traz o conceito de responsabilidade socioambiental (RSA) sob a perspectiva de que a mesma favorece o alcance efetivo de objetivos econômicos e sociais nas organizações, isto é, a efetividade está relacionada à satisfação da sociedade, ao atendimento de seus requisitos sociais, econômicos e culturais. Toda e qualquer organização existe em função de necessidades sociais e depende do bom relacionamento com a sociedade para se desenvolver.

A partir de 1990, o número de iniciativas e as discussões relacionadas à responsabilidade socioambiental se expandiram e atualmente o assunto faz parte da agenda internacional, não apenas restrita ao setor empresarial, mas também no âmbito das instituições governamentais que, cada vez mais, têm participado como ator do processo, inclusive criando estruturas de governo específicas para tratar do tema (BRASIL, 2009).

Com relação à responsabilidade socioambiental no setor público, Ramos (2004) alerta que apesar da importância social, econômica e ambiental, este limitou-se, por muito tempo, a priorizar atividades de regulação e fiscalização do setor privado da economia, bem como, da conduta dos cidadãos. Para o autor, regular e fiscalizar não são ações suficientes para considerar a incorporação de questões de responsabilidade socioambientais no contexto das atividades governamentais. É preciso mais.

A participação das instituições públicas no processo de RSA é necessária e o estado é o principal interlocutor junto à sociedade, possuindo uma ampla responsabilidade e papel indutor fundamental para tornar as iniciativas atuais, e também as futuras, mais transparentes, incitando a inserção de critérios de sustentabilidade em suas atividades e integrando as ações sociais e ambientais com o interesse público (BRASIL, 2009).

Diante desta nova realidade da inserção da responsabilidade socioambiental nas instituições públicas, Kraemer (2000) explica que existe por parte da sociedade um anseio em relação às ações das universidades, para além das funções tradicionais localizadas no campo do ensino, da pesquisa e da extensão. Espera-se que estas adotem um modelo de gestão pautado nos princípios da sustentabilidade, coerente com os preceitos teóricos discutidos no âmbito do ensino, especialmente que suas ações sejam voltadas à sustentabilidade, tanto no espaço interno dos seus *campi* quanto no seu entorno ou áreas de influências. Nesse sentido, espera-se que a gestão de uma universidade desenvolva algumas ações, tais como: economia de energia elétrica; coleta seletiva de resíduos sólidos; reuso de água; gerenciamento de recursos naturais; compras sustentáveis; adoção de novos padrões de construções, entre outras.

2.2 Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior

As discussões envolvendo a temática ambiental começaram a ganhar forma a partir do Clube de Roma, em 1968, que propunha uma conciliação entre os defensores do crescimento econômico (tecnocêntricos radicais) e os defensores do meio ambiente (ecocêntricos radicais), chamada ecodesenvolvimento, que tinha por objetivo conciliar equidade social, preocupação com o meio ambiente e crescimento econômico. O Clube de Roma, precursor das sucessivas conferências mundiais sobre meio ambiente, estimulou a ONU à convocação da Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente em 1972 (CAPRA, 1996; CALLENBACH *et al.*, 1993 *apud* VIEGAS *et al.*, 2015).

No entanto, a primeira proposta de desenvolvimento sustentável se consolidou na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, momento este em que foi aprovada a Agenda 21. Neste documento consensual são projetados programas de ação que, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, visam construir sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas (LUIZ *et al.*, 2013).

O conceito de desenvolvimento sustentável contempla, portanto, cálculo econômico, aspectos biofísicos e componentes sociopolíticos como referenciais para interpretação do mundo e para possibilitar interferência na lógica predatória predominante. Consiste num processo no qual o crescimento enfatiza aspectos qualitativos e o desenvolvimento deve basear-se na superação dos déficits sociais nas necessidades básicas, na alteração dos padrões de consumo e, no limite, na possibilidade de crescimento, reforçando um sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos (JACOBI, 2003).

Segundo a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD (1991, p. 46) o desenvolvimento sustentável é “aquele que atende as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. Na visão de Engle (2006), o desenvolvimento sustentável inclui o desenvolvimento ambiental, econômico e humano. Ademais, sugere que o atendimento as necessidades globais de sustentabilidade não é uma missão apenas para os governos e organizações não governamentais, mas também do setor privado e das corporações multinacionais.

É notório que o ponto forte do desenvolvimento sustentável implica na integração do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental e o progresso social. Para que isso ocorra não existe uma fórmula única; o que deve ser observado são os problemas e as aspirações de cada região, e a partir disso buscar estratégias de desenvolvimento (LUIZ, *et al.*, 2013).

A temática ambiental na gestão das IES vem sendo discutida desde a década de 1970, procurando entender a responsabilidade do ensino superior na promoção de um sistema sustentável. Neste sentido, a Conferência das Nações Unidas de 1972, em Estocolmo, destacou a importância de se desenvolver a humanidade em harmonia com o ambiente, a fim de preservar os recursos ecológicos para as gerações presentes e futuras; fundamentando

metas de paz, desenvolvimento e economia global. Ficou evidenciado o papel das instituições de ensino, desde a escola primária até a idade adulta, como forma de melhorar o comportamento das pessoas, das organizações e de seus dirigentes (OLIVEIRA *et al.*, 2016).

De acordo com Kraemer (2004), os documentos associados às Conferências em Desenvolvimento Humano em 1972 e em Ambiente e Desenvolvimento – UNCED em 1999 explicitam alguns objetivos dirigidos às instituições de ensino superior:

- UNCED (1972) - Declaração de Estocolmo (Princípios 9 e 24): Prever e/ou minorar aspectos contrários ao desenvolvimento sustentável;
- UNCED (1991) - Relatório do Comitê Preparatório: Envolver todos na educação para o desenvolvimento sustentável;
- UNCED (1992) - Declaração do Rio (Princípio 9): Fortalecer o desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento sustentável;
- UNCED (1992) - Agenda 21 (Capítulos 31, 34, 35 e 36): a) Clarificar o papel da ciência e tecnologia no desenvolvimento sustentável; b) Gerar e disseminar conhecimento e informação em desenvolvimento sustentável; c) Educar todos para o desenvolvimento sustentável.

Nos anos 80, com a publicação do Relatório Brandtland e também da cúpula “Planeta Terra” do Rio, as universidades se esforçaram para definir e ao mesmo tempo assumir seu papel no que se refere ao ensino para um futuro viável. Com essa finalidade, em diferentes períodos e lugares, as universidades propuseram e adotaram declarações ambiciosas, onde apareciam os grandes princípios e objetivos do processo de reforma que deveriam adotar (KRAEMER, 2004). Nesta perspectiva, destaca-se a Declaração de Talloires assinada em 1990, que de acordo com González (2015), foi a primeira declaração elaborada por gestores acadêmicos, no qual manifestaram seu compromisso com a sustentabilidade e o meio ambiente.

Além da Declaração de Talloire (1990), destacam-se outros os principais documentos elaborados: a Declaração de Halifax (1991), a Declaração de Swansea (1993), a Declaração de Kyoto (1993), a Carta Universitária para o Desenvolvimento Sustentável (1994), a Declaração Tessalónica (1997), a Declaração de Luneburgo (2001) e, mais recentemente, a Declaração de Ubuntu (2002). O quadro 1 apresenta detalhamento de cada uma delas:

Quadro 1- Principais documentos

Documentos elaborados	Local e ano de criação	Objetivo
A Declaração de Talloires (1990)	Representa a primeira declaração oficial assinada por altos responsáveis de universidades (22 presidentes, reitores e administradores) de todo o mundo.	Nesta Declaração, os seus signatários manifestam preocupação com a crescente degradação do ambiente e com a delapidação dos recursos naturais.
A Declaração de Halifax (1991)	Assinada em dezembro de 1991, na conferência sobre “ <i>Ações da Universidade para o Desenvolvimento Sustentável</i> ” em Halifax, Canadá por representantes de 33 universidades de 10 países e 5 continentes.	Salientada a responsabilidade das IES em ajudar as sociedades no presente e no futuro, moldando políticas e ações de desenvolvimento em direção à sustentabilidade.
Declaração de Swansea (1993)	Assinada em Swansea no País de Galles, em agosto de 1993, no 15º Congresso da Associação das Universidades do Commonwealth (ACU) e contou com a participação de mais de 400 universidades.	Inspirada nos exemplos de Talloires e Halifax representa mais uma iniciativa de protesto contra a degradação do planeta.
Declaração de Kyoto (1993)	Reuniu cerca de 90 responsáveis universitários para discutir e adotar uma declaração de princípios, baseada nas declarações emanadas das conferências de Talloires (1990), Halifax (1991) e Swansea (1993).	Estabelecer e disseminar maior compreensão do desenvolvimento sustentável, utilizando recursos das universidades para mobilizar governos e público em geral sobre os perigos físicos, biológicos e sociais enfrentados pelo planeta.
Carta Universitária para o Desenvolvimento Sustentável (Copernicus -1994)	Apresentada em Barcelona em 1993 e assinada em Genebra em 1994 por mais de 190 universidades.	Um programa inter-universitário de cooperação ao meio ambiente que representou um esforço para mobilizar os recursos das IES para elevar a educação a um conceito mais complexo de desenvolvimento sustentável expressando um compromisso coletivo em nome de um grande número de universidades.
Declaração de Thessalónica (1997)	Assinada em dezembro de 1997 pelos 93 estados presentes na conferência internacional sob o tema: “ <i>Ambiente e Sociedade: educação e sensibilização do público</i> ”. Organizada pela UNESCO em Thessalónica na Grécia.	Inserir a educação ambiental numa perspectiva de educação para um futuro viável, ao serviço do desenvolvimento sustentável.
Declaração de Luneburgo (2001)	Declaração sobre o ensino superior para o Desenvolvimento Sustentável, assinada em outubro de 2001, em Luneburgo na Alemanha, por onze das mais prestigiadas instituições científicas do mundo indicadas pelo GHESP (Parceria Global do Ensino Superior para a Sustentabilidade).	Esta declaração faz um apelo as IES para que: assegurem uma atualização constante dos materiais didáticos, de modo a inserirem conhecimentos científicos sobre sustentabilidade, e que os docentes, decisores e público em geral, recebam formação continuada sobre o tema.
Declaração de Ubuntu (2002)	Declaração sobre a Educação, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável, assinada em 2002 por 11 das mais prestigiadas organizações educativas e academias científicas internacionais entre as quais o GHESP (Parceria Global do Ensino Superior para a Sustentabilidade)	Nesta declaração é reafirmado o papel central da educação enquanto ferramenta de desenvolvimento sustentável.

Fonte: Adaptado de Couto *et al.*, 2005.

Caramez e Cooper (2011) asseveram que as universidades portam um papel chave no realinhamento da educação e na formação de uma consciência ética sobre o meio ambiente e valores humanos. O ambiente universitário possui, sobretudo, o potencial de ir além das atividades educadoras, influenciando as mudanças de paradigmas no modo de vida das sociedades, tendo assim, o dever de inserir em suas ações e decisões a questão ambiental como eixo condutor.

As IES além de levarem conhecimento, tecnologia e suporte ético para os futuros gestores, influenciam a comunidade onde atuam. Oferecem ainda ao aluno instrumentos intelectuais para aprofundar seu senso crítico e confrontar a realidade na qual está inserido. Na tentativa de se adaptar a essas novas exigências da sociedade, Engelman *et al.* (2009) descrevem que as IES buscam incorporar uma gestão com foco na sustentabilidade, realizando diversas ações ambientais.

Segundo Careto e Vendeirinho (2003), as IES detêm a capacidade e responsabilidade, por diversas razões, de promoverem o desenvolvimento pelo ambiente nas suas comunidades e regiões e podem e devem adotar a sustentabilidade na política e prática de gestão, afetando o presente e o futuro das sociedades, transmitindo valores e saberes e comportando-se de forma social e ambientalmente responsável.

Complementando, Tauchen e Brandli (2006) descrevem que existem razões significativas para implantar ações ambientais nas IES, pois estas podem ser comparadas a pequenos núcleos urbanos, já que o campus precisa de infra-estrutura básica, redes de abastecimento de água e energia, redes de saneamento e coleta de águas pluviais e vias de acesso. Além disto, envolvem diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e atividades referentes à sua operação por meio de bares, restaurantes, alojamentos, centros de conveniência, entre outros.

Dias (2014) destaca que as IES têm um importante papel para a contribuição do desenvolvimento sustentável, haja vista a possibilidade de inserir nas discussões em salas de aula a problemática ambiental, contribuindo, desse modo, para aguçar o senso crítico dos futuros tomadores de decisão. Nessa perspectiva, a IES, como agente educador, não pode se esquivar da responsabilidade de contribuir para a construção de uma sociedade sustentável e nem se restringir ao processo educacional, a IES precisa praticar o que ensina, ou seja, deve ser protagonista na aplicação de ações que direcionem para o caminho da sustentabilidade.

2.3 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) foi instituída em 1999 pelo governo federal, inicialmente como projeto do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e consolidou-se como programa, em 2001. Constitui em um desafio para os gestores da administração pública, por demandar que a gestão ambiental se alinhe ao modelo organizacional dos mais diversos tipos de entidades pertencentes à administração pública

direta e indireta, com o objetivo de tornar o trabalho realizado por essas entidades mais eficiente em relação à utilização de recursos naturais (PEGORIN *et al.*, 2014).

A A3P está em conformidade com: o Capítulo IV da Agenda 21 que, “indica, aos países, o estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo, e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças desses padrões”; com o Princípio 8 da Declaração do Rio, que “afirma que os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo, promovendo políticas demográficas adequadas” e, com a Declaração de Johannesburgo que “institui a adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2014).

Para o Ministério do Meio Ambiente, o grande desafio na implementação de ações voltadas para a responsabilidade socioambiental, seja numa organização privada ou numa instituição pública, consiste na transformação do discurso teórico em prática de ações efetivas, o que envolve mudança de atitude e comprometimento das pessoas. Assim, dentre os objetivos da A3P, destaca-se estimular a reflexão e a conscientização dos gestores e servidores públicos, bem como, encorajar a mudança de atitude dos servidores para que incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras (BRASIL, 2009).

Para Barata *et al.* (2007), as mudanças propostas pela A3P buscam instaurar nos órgãos públicos uma nova cultura institucional pautada na redução de gastos institucionais, na otimização dos recursos e no combate ao desperdício. Por se fundamentar na mudança de cultura, explicam que o engajamento dos dirigentes e servidores é requisito para a adoção da A3P.

Sob esta ótica, Loyola (2008) defende que a falta de capacitação e de disponibilidade de profissionais para criar e manter um sistema de gerenciamento ambiental se configura como fator de dificuldade para a efetiva execução da agenda. Outra dificuldade apresentada pelo autor são as limitações de recursos que ameaçam a execução de serviços e políticas públicas.

Conforme descrito por Freitas *et al.* (2011), o programa A3P está sustentada por cinco objetivos, a saber:

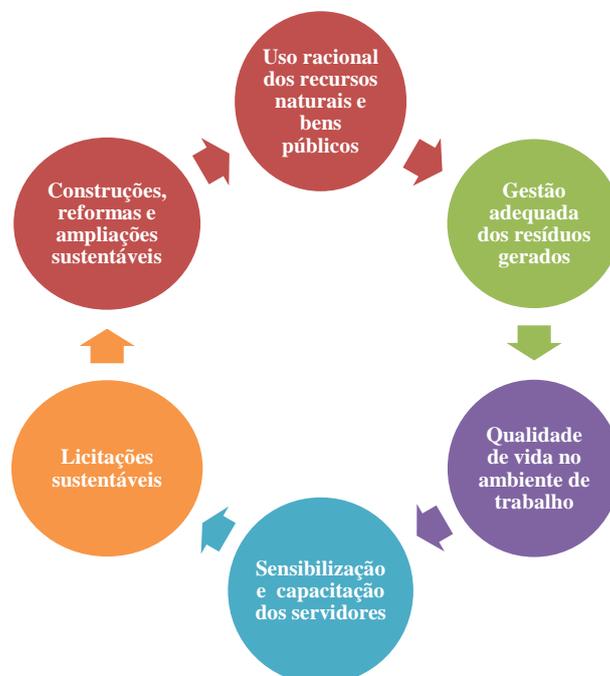
1. Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
2. Promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais;
3. Reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
4. Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública;
5. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

Para melhor compreensão desses princípios, a metodologia 5R's foi implementada, configurando os cinco eixos temáticos da A3P (BRASIL, 2013):

- a) Repensar: repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e descarte adotados;
- b) Recusar: possibilidades de consumo desnecessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos;
- c) Reduzir: significa evitar os desperdícios, consumir menos produtos, preferindo aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade;
- d) Reciclar: significa transformar materiais usados em matérias primas para outros produtos por meio de processos indústrias;
- e) Reutilizar: é uma forma de evitar que vá para o lixo aquilo que não é lixo, reaproveitando tudo o que estiver em bom estado. É ser criativo, inovador, usando um produto de diferentes maneiras.

Para atingir os objetivos propostos, a A3P definiu até 2014, cinco eixos temáticos, que serviam como diretrizes para a administração pública colocar em prática ações sustentáveis e que podiam beneficiar a organização como um todo. Em 2015 foi acrescentado o eixo Construções Sustentáveis, criado a partir de uma parceria do MMA com o Centro Brasileiro de Construções Sustentáveis (CBCS) e o Departamento de Produção e Consumo Sustentável (DPCS) (BRASIL, 2013). A figura 1 ilustra os 6 eixos temáticos da A3P.

Figura 1 - Eixos Temáticos da A3P



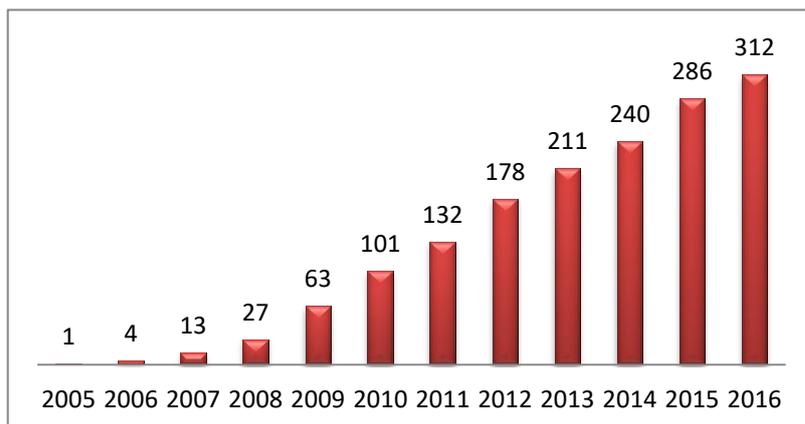
Fonte: Brasil (2017, p.12)

Embora de caráter voluntário, a adesão à A3P é recomendada a todos os segmentos pertencentes à Administração Pública brasileira, inclusive às Instituições de Ensino Superior

(VIEGAS, 2015). O programa é extensivo a todas as esferas do governo e há dois tipos de parceiros da A3P: aqueles que assinaram o Termo de Adesão e os que fazem parte da Rede A3P.

O Termo de Adesão é a formalização da parceria entre o órgão e o MMA. No momento, 312 órgãos das três instâncias (federal, estadual e municipal) assinaram o Termo de Adesão (BRASIL, 2017, p. 20). O Gráfico 1 demonstra a evolução das assinaturas dos termos de adesão, no período de 2005 a 2016.

Gráfico 1- Evolução das adesões à A3P: nacional, 2005-2016 (dados acumulativos)



Fonte: Brasil (2017).

Atualmente o MMA conta com 175 assinaturas de termos de adesão à A3P, conforme apresentado no anexo A. Desse universo, apenas 17 (9,7%) são instituições públicas de ensino, sendo nove Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Amazonas, Espírito Santo Campus Garapari, Goiano, Goiano Campus Rio Verde, Piauí Campus Corrente, Piauí Campus Floriano, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Tocantins), duas Universidades Estaduais (Maranhão e Rio Grande do Norte) e seis Universidades Federais (Pernambuco, Pernambuco Campus do Agreste, Grande Dourados, Santa Catarina, Sergipe e Rio Grande do Norte) (BRASIL, 2017).

A Rede A3P é um canal de comunicação que tem, por objetivo, o intercâmbio técnico-científico, difundindo as informações relativas à agenda, sistematizando dados e informações sobre o desempenho ambiental das instituições. Dessa maneira, contribui-se para incentivar a criação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos diversos programas de formação que levam à mudança organizacional por meio de troca de experiências (BRASIL, 2014). Dos 810 órgãos cadastrados na Rede A3P, somente 42 são universidades federais, das quais somente a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), entre as universidades do Paraná, fazem parte da Rede A3P (BRASIL, 2017).

2.3.1 Implantando a A3P na Instituição

Para a real efetivação dessa agenda, o MMA apoia tecnicamente as instituições interessadas em desenvolver a A3P propondo, aos parceiros interessados, a sua institucionalização por meio da assinatura do Termo de Adesão e o seu cadastro na Rede A3P (BRASIL, 2014). A assinatura do termo demonstra o comprometimento da instituição com a agenda socioambiental e a gestão transparente.

Para a implantação da A3P, o MMA propõe uma metodologia baseada em 5 passos: a) instituir uma Comissão Gestora; b) realizar o diagnóstico socioambiental; c) elaborar o Plano de Gestão Socioambiental; d) realizar campanhas de conscientização e sensibilização e; e) avaliar e monitorar o Plano de Gestão Socioambiental (VASCONCELLOS, 2015).

A seguir, serão apresentada cada uma das 5 etapas:

1. Instituir comissão Gestora	<ul style="list-style-type: none">• A instituição deverá instituir uma Comissão Gestora, com representantes de todos os setores, que se comprometam a serem os agentes de socialização e sensibilização para a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental em seus respectivos setores. Essa comissão será a responsável, também, pela elaboração do diagnóstico socioambiental na instituição, que é o passo seguinte aqui tratado.
2. Realizar o diagnóstico socioambiental	<ul style="list-style-type: none">• O diagnóstico, feito através do levantamento/inventário da situação socioambiental da instituição, deve conter informações sobre o que é contemplado nos cinco eixos da A3P
3. Elaborar o plano de gestão socioambiental	<ul style="list-style-type: none">• A partir do diagnóstico, é elaborado o Plano de Gestão Socioambiental em que são estabelecidos os objetivos, os projetos, as atividades ou ações que serão implementadas, as metas a serem alcançadas, as responsabilidades institucionais – do órgão e dos servidores – assim como as medidas de monitoramento e, ainda, a identificação dos recursos disponíveis para a implantação das ações.
4. Realizar campanhas de conscientização e sensibilização	<ul style="list-style-type: none">• As campanhas de conscientização e sensibilização de todos os servidores para a importância da implantação da A3P devem acompanhar o processo de implantação e operacionalização das atividades. Poderá ser realizado a partir de campanhas, cursos e publicação de material educativo específicos para os funcionários, prevendo-se estratégias de comunicação para cada cargo/atribuição.
5. Avaliar e monitorar o plano de gestão socioambiental	<ul style="list-style-type: none">• Será realizado pela comissão avaliações e monitoramentos periódicos, por meio de um conjunto de indicadores de sustentabilidade, com o intuito de prover informações quanto à eficiência e eficácia do projeto, que são consolidadas em relatórios de monitoramento. É importante que na avaliação sejam identificados os pontos de melhorias alcançados e as falhas.

2.3.2 Banco de Boas Práticas da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Com a finalidade de registrar as melhores práticas na área de responsabilidade socioambiental de órgãos e instituições parceiras da A3P e de possibilitar a troca de experiências, o MMA criou o Banco de Boas Práticas da Agenda Ambiental na

Administração Pública (A3P). Por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, e do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental, oferece desde 2009, o Prêmio “Melhores Práticas A3P”, na ocasião do também anual Fórum da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. Para conferir o reconhecimento e a divulgação de práticas de gestão baseadas em conceitos de sustentabilidade foi criado o Selo de Sustentabilidade na Administração Pública, composto por três categorias: o selo verde, o prata e o laranja. Ao aderir formalmente ao programa à instituição recebe o selo verde. O empenho das instituições públicas no cumprimento da entrega do relatório anual de implementação da A3P, previsto no termo de adesão, é atestado com o selo prata. O selo laranja é concedido às instituições públicas vencedoras do Prêmio Melhores Práticas da A3P (BRASIL, 2009).

2.3.2 Eixos Temáticos

A seguir, apresenta-se os 6 eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que norteiam a administração pública na prática de ações sustentáveis: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; licitações sustentáveis; e construções, reformas e ampliações sustentáveis.

2.3.2.1 Uso Racional de Recursos e Bens Públicos

Este eixo tem como objetivo usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos. Implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente (BRASIL, 2009).

Quanto ao uso racional da água, os autores Philippi JR. *et al.* (2004), enfatizam que o reuso de águas para fins não-potáveis tem sido impulsionado em todo o mundo em razão da crescente dificuldade de atendimento a uma demanda cada vez maior de água para o abastecimento público doméstico e da escassez cada vez maior dos mananciais próximos ou de qualidade adequada para abastecimento após o tratamento convencional da água. Os autores ainda salientam que o reuso de águas para fins não-potáveis não é restrito somente ao setor industrial, pois com tratamentos devidos a água pode ser reutilizada para irrigação na agricultura ou em campos e parques, lavagem de calçadas, descargas de vasos sanitários, entre outras atividades (PHILIPPI JR., *et al.*, 2004, p. 80).

A legislação Brasileira também se apresenta com medidas que auxiliam quanto ao uso racional da água:

- Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; que dispõe sobre o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

- Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000; que aborda sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA).
- Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004; que elucida sobre a questão de contratos entre a ANA e entidades diversas e,
- Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a política nacional de segurança de barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos (SILVEIRA, 2015).

Quanto ao consumo de energia elétrica, Bastos (2006) destaca de um modo geral os prédios públicos, principalmente centros de ensino superior cujas instalações são antigas, apresentam inúmeros pontos de desperdícios de energia. Para o autor, alguns fatores contribuem para este problema: falta de práticas de incentivo ao combate ao desperdício de energia, equipamentos que não atendem aos requisitos do Selo Procel (PROCEL, 2002), uso inadequado de aparelhos elétricos, dentre outros. Neste sentido, cabem às instituições buscar alternativas para reduzir o consumo de energia.

Um estudo realizado por Stöhlirck *et al.* (2009), apresenta que uma alternativa para minimizar os desperdícios e aumentar a eficiência em prédios públicos seria adotar um planejamento, isto é, significa buscar a sintonia entre a geração e a demanda de energia, através do aumento da participação de recursos energéticos alternativos e renováveis na matriz energética aliado ao aumento da eficiência dos processos e do gerenciamento eficaz do uso da energia elétrica.

Em relação ao consumo de copos plásticos, destaca-se que a incorporação dos copos plásticos na A3P é decorrente do fato de esse material se constituir em um dos principais resíduos gerados pela Administração Pública na forma, principalmente, de copos plásticos utilizados para o consumo de água e café (BRASIL, 2017). Ao considerar a utilização significativa dos copos plásticos, a A3P propõe, às instituições públicas, que atentem para seu correto descarte, pelo fato de não poderem ser reaproveitados.

2.3.2.2 Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o governo federal vem tomando medidas no sentido de fazer com que a administração pública tenha um olhar voltado para essa problemática. A publicação do Decreto nº 5.940/06, que trata da separação e destinação dos resíduos recicláveis na administração pública federal, e a inserção da temática “Gestão Adequada dos Resíduos Gerados” na A3P são exemplos de ações do governo direcionadas para a construção de uma nova cultura institucional na gestão dos resíduos gerados pela instituição pública (BRASIL, 2009).

Dias (2014, p. 47) destaca que para a gestão dos resíduos gerados no setor público é importante analisar as seguintes ações: a compra, o consumo, a coleta seletiva e o descarte do produto. O primeiro passo é analisar criteriosamente o processo de compra, evitando que sejam adquiridos produtos desnecessários ou inviáveis ambientalmente. Assim já se faz uso de parte do conceito dos 5 R’s, ou seja, o **R**epensar e o **R**ecusar. Após essa etapa, é preciso

consumir de forma racional os recursos naturais e bens públicos, evitando o desperdício. Através de práticas simples, como o uso de frente e verso do papel, da escolha pela opção do envio de *e-mail* para as comunicações internas e externas, da substituição dos copos descartáveis por canecas individuais não-descartáveis, entre outros, a instituição poderá auferir reduções de custo significativas e minimizar o impacto ambiental negativo. Nessa fase, faz-se uso do **Reutilizar** e do **Reduzir** da política dos 5 R's. O próximo passo é a coleta seletiva que constitui uma importante ação no processo preliminar da reciclagem. O destino dado ao material separado, seletivamente, fecha o ciclo da política dos 5 R's, através do uso da ação de **Reciclar**. Contudo, é importante enfatizar que a reciclagem não deve ser vista como a proposta mais sedutora para proteger o meio ambiente. O cerne da questão deve ser a redução da geração do resíduo na fonte, seja por meio da aplicação de “tecnologias mais limpa” ou do consumo consciente por parte do cidadão.

2.3.2.3 Qualidade de vida no ambiente de trabalho (QVT)

No que se refere à qualidade de vida no ambiente de trabalho, esta visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional (BRASIL, 2009).

Neste sentido, a administração pública deve buscar permanentemente uma melhor qualidade de vida no trabalho promovendo ações para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores. Para tanto, as instituições públicas devem desenvolver e implantar programas específicos que envolvam o grau de satisfação da pessoa com o ambiente de trabalho, melhoramento das condições ambientais gerais, promoção da saúde e segurança, integração social e desenvolvimento das capacidades humanas, entre outros fatores (BRASIL, 2009).

Corroborando com esse entendimento, Silva *et al.* (2010, p. 83) observam que na esfera da sustentabilidade, a QVT revela-se como uma prática de gestão de recursos humanos pautada na valorização do ser humano, dando oportunidade para que a instituição se mobilize a fim de atender as necessidades e os anseios do servidor. Para os autores, a QVT no âmbito da sustentabilidade, torna-se:

[...] a condição de trabalho que fornece qualidade de vida sustentável, considerando os aspectos relacionados à segurança econômica, ao bem-estar social e à qualidade ambiental, definidos pelos valores das pessoas envolvidas ou afetadas (SILVA *et al.*, 2010, p. 83).

Quando incorporada à sustentabilidade, a QVT favorece a conciliação entre os interesses dos servidores e os da instituição, promovendo um nível maior de satisfação que contribui para que eles desempenhem suas funções de forma segura e compatível com suas particularidades, bem como a possibilidade de desenvolverem um nível de comprometimento com os objetivos, as metas e os projetos que a organização desenvolve.

Entre os muitos fatores que implicam a melhoria na qualidade de vida no trabalho, o Quadro 2 descreve algumas ações que podem ser implantadas (BRASIL, 2009, p. 45):

Quadro 2 – Ações de melhoria na qualidade de vida no trabalho

Uso e desenvolvimento de capacidades	Aproveitamento das habilidades; Autonomia na atividade desenvolvida; Percepção do significado do trabalho..
Integração social e interna	Ausência de preconceitos; Criação de áreas comuns para integração dos servidores; Promoção dos relacionamentos interpessoais; Senso comunitário.
Respeito à legislação	Liberdade de expressão; Privacidade pessoal; Tratamento imparcial.
Condições de segurança e saúde no trabalho	Acesso para portadores de deficiência física; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA; Controle da jornada de trabalho; Ergonomia: equipamentos e mobiliário; Ginástica laboral e outras atividades; Grupos de apoio antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas; Orientação nutricional; Salubridade dos ambientes; Saúde Ocupacional.

Fonte: Cartilha A3P (BRASIL, 2009).

2.3.2.4 Sensibilização e capacitação dos servidores

A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades (BRASIL, 2017). As mudanças de hábitos, comportamento e padrões de consumo dos servidores impacta diretamente na preservação dos recursos naturais. Para que essas mudanças sejam possíveis é necessário o engajamento individual e coletivo, pois apenas dessa forma será possível a criação de uma nova cultura institucional de sustentabilidade das atividades do setor público.

De acordo com o MMA (2009, p. 47), o processo de sensibilização dos servidores envolve a realização de campanhas que busquem chamar a atenção para temas socioambientais relevantes, esclarecendo a importância da adoção de medidas socioambientais e os impactos positivos da adoção dessas medidas para a sociedade.

Como estratégia de sensibilização recomenda-se:

- Criar formas interessantes de envolvimento das pessoas em uma ação voltada para o bem comum e para a melhoria da qualidade de vida de todos;
- Orientar para a redução no consumo e para as possibilidades de reaproveitamento do material descartado no local de trabalho e em casa;

- Incentivar o protagonismo e a reflexão crítica dos servidores sobre as questões socioambientais, promovendo a mudança de atitudes e hábitos de consumo da instituição.

A sensibilização deve ser acompanhada de iniciativas para capacitação dos servidores tendo em vista tratar-se de um instrumento essencial para construção de uma nova cultura de gerenciamento dos recursos públicos, provendo orientação, informação e qualificação aos gestores públicos e permitindo um melhor desempenho das atividades implantadas.

2.3.2.5 Licitação sustentável

Este eixo aponta que a administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras, adquirindo produtos e serviços sustentáveis que contribuam não só para a conservação do meio ambiente, mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço (BRASIL, 2009).

A fim de regular o processo licitatório no âmbito da administração pública, em 21 de junho de 1993, a Lei de Licitações e Contratos n. 8.666/93 foi aprovada, segundo a qual, todas as entidades da administração pública direta, indireta e fundacional são obrigadas a contratar através de licitação, oferecendo igualdade de condições para todos os licitantes. Ele fornece os princípios a serem observados para a realização de uma licitação: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, igualdade (isonomia), julgamento objetivo, justiça, economia e adesão ao anúncio da licitação (CASTRO; LIMA, 2011 *apud* WEBER, 2016).

Embora leve em consideração o impacto ambiental do projeto básico de obras e serviços, a Lei 8.666/93 que regulamente as licitações, não se refere ao fator ambiental com relação a compras. Assim, as exigências de produtos que contemplem o conceito de sustentabilidade ambiental, são possíveis na discriminação do produto a ser adquirido, porém não é regulamentada e nem obrigatória, o que seria um importante passo em direção às licitações sustentáveis (BRASIL, 2009).

Com relação às licitações sustentáveis, o MMA define que são aquelas que levam em consideração a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos produtos e processos a ela relativos. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes para a conservação do meio ambiente, abrangendo a própria sociedade nele inserida, como também apresentam no aspecto econômico uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço (BRASIL, 2009, p 49).

Complementando, Dalapé (2008) discorre que a licitação pública sustentável possui a função de atender às necessidades da administração pública, produzindo um menor impacto ao meio ambiente e trazendo benefícios para a sociedade. É também conhecida por compras

públicas sustentáveis, eco-aquisições, compras ambientalmente amigáveis, consumo responsável e licitação positiva.

No conceito apresentado por Biderman *et al.* (2010, p.21) a “licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo de compra (de governo) com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos”. Portanto, licitação pública sustentável é uma forma de o governo efetuar os seus processos licitatórios de produtos, serviços e obras, de forma sustentável, considerando todo o ciclo de vida do produto, desde a sua criação até o seu correto descarte; assim preocupa-se com questões sociais, reduzir impactos à saúde humana e busca não entrar em conflito com os direitos humanos.

Complementando, Alencastro *et al.* (2014) observam que a contratação pública sustentável possui ainda a capacidade de estimular o mercado “verde”, levando empresas a inserirem práticas sustentáveis nos seus processos produtivos, visando à chancela de selos, rotulagens e certificações “verdes”. O Quadro 3 apresenta alguns benefícios da licitação pública sustentável (LPS):

Quadro 3 - Benefícios da licitação pública sustentável

<p>Conservação Natural: produtos verdes são geralmente produzidos de forma que consomem menos recursos naturais e energia, ou usa-os de forma mais sustentável.</p>	<p>Redução de custos: os produtos verdes consistem de materiais naturais, que podem ser reciclados, reutilizados e são facilmente eliminados. Portanto, uma organização pode obter menores custos de eliminação de resíduos, custos de tratamento de resíduos e custos de energia.</p>
<p>Redução de resíduos: produtos verdes são geralmente projetados com a intenção de redução da quantidade de resíduos gerados.</p>	<p>Diminuição do nível perigoso ou tóxico: produtos verdes produzem níveis mais baixos de materiais perigosos e tóxicos no ambiente.</p>

Fonte: Castro *et al.*, (2013 *apud* SALAM, 2011)

2.3.2.6 Construções, reformas e ampliações sustentáveis

No âmbito da A3P, as obras públicas devem ser projetadas visando a economia da manutenção e operacionalização da edificação, redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

De acordo com Câmara da Indústria da Construção (CIC), a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (ASBEA), o Conselho Brasileiro de construção sustentável (CBCS) e outras instituições apresentam alguns princípios básicos para construção de empreendimentos sustentáveis, dentre os quais se podem destacar:

- a) o aproveitamento de condições naturais locais;
- b) a utilização mínima do terreno e a integração da construção com o meio ambiente;
- c) a implantação e a análise do entorno;

- d) a redução dos impactos no entorno, entre os quais paisagem, temperaturas, concentração de calor e sensação de bem-estar;
- e) a preocupação com a qualidade ambiental interna e externa;
- f) a gestão sustentável da implantação da obra;
- g) a adaptação às necessidades atuais e futuras dos usuários;
- h) o uso de matérias - primas que contribuam com a eco eficiência do processo;
- i) a redução do consumo energético;
- j) a redução do consumo de água;
- k) a redução, a reutilização, a reciclagem e a disposição correta dos resíduos sólidos gerados;
- l) a introdução de inovações tecnológicas sempre que possível e viável;
- m) a educação ambiental, que envolve a conscientização de todos os envolvidos no processo.

Contribuindo com este entendimento, Roaf *et al.* (2009), destaca que as opções para construir de forma sustentável são amplas e podem ser iniciadas com a utilização de uma quantidade inferior de energia elétrica e de outros recursos naturais, planejando-se desde o projeto de construção e a aquisição de insumos economicamente viáveis, ecologicamente corretos e socialmente justos, passando pela pesquisa e pelo desenvolvimento de métodos e materiais de construção que emitam uma menor quantidade de CO₂ na atmosfera (maiores responsáveis pelo aquecimento global), até a minimização dos impactos ambientais por elas causados, através: da redução dos desperdícios e da geração de resíduos; do reaproveitamento dos materiais descartados no meio ambiente, entre os quais plásticos, madeira, ferragem, resíduos de construção etc.; da redução dos gastos com o consumo de energia elétrica e água; da otimização da qualidade de vida dos moradores; de atitudes saudáveis que contribuam com a preservação da natureza.

3 METODOLOGIA

Este capítulo objetiva apresentar e descrever, de forma fundamentada, os instrumentos e os procedimentos utilizados para a coleta e análise das informações.

3.1 Enquadramento metodológico e delimitação da pesquisa

Quanto à abordagem do problema, essa pesquisa se classifica como qualitativa uma vez que pressupõe a análise, interpretação e compreensão de fatos. (MARTINS; THEÓPHILO, 2009; RICHARDSON, 1999 *apud* FREITAS *et al.*, 2011, p. 3).

Appolinário (2012) aponta que esta modalidade de pesquisa tem como requisitos os seguintes aspectos:

- a) Pressuposto básico: a realidade é composta de fenômenos que são socialmente construídos;
- b) Objetivo: compreensão aprofundada dos fenômenos;
- c) Abordagem: observacional;
- d) Papel do pesquisador: a participante não é neutro ao fenômeno.

Para o autor, os requisitos, principalmente o papel do pesquisador, evidenciam o nível de interação exigido para que o fenômeno estudado possa ser compreendido, de forma a garantir que tenha um nível significativo de interação com os fatores e os sujeitos diretamente relacionados com sua ocorrência ou concretização no meio social (APPOLINÁRIO, 2012).

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi o Estudo de Caso, que de acordo com Yin (2010, p. 39), trata-se de “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos”. Corroborando, Gil (2010) observa que no Estudo de Caso, se analisa questões práticas, dispostas no meio social, permitindo que o pesquisador pautado na base conceitual inicialmente formulada, possa estabelecer um estudo sistematizado, com a intenção de compreender o fenômeno enfocado, sobretudo quanto a sua ocorrência e aos efeitos que ocasiona.

Quanto aos meios, a pesquisa se classifica como “bibliográfica”, desenvolvida a partir de material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos; (GIL, 2008, p. 50-51), “documental”, utilizando-se de materiais sem tratamento analítico como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, etc. e, pesquisa de campo, utilizando-se técnicas de observação (GIL, 2008).

Quanto à delimitação, este estudo foi desenvolvido na Universidade Estadual do Oeste do Paraná e a pesquisa se restringiu às práticas socioambientais desenvolvidas no Campus de Foz do Iguaçu, uma vez que a pesquisadora é servidora do Campus, o que permitiu o acesso às informações necessárias para a coleta dos dados.

3.2 Coleta de dados

Este estudo teve como objetivo fazer um diagnóstico das práticas socioambientais adotadas na gestão da Unioeste Campus Foz do Iguaçu sob a ótica dos eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

O primeiro passo foi à revisão bibliográfica, direcionando-se nos principais conceitos relativos à responsabilidade socioambiental, sustentabilidade em instituições de ensino superior e a agenda ambiental na administração pública (A3P).

A identificação das práticas socioambientais desenvolvidas na Unioeste Campus Foz do Iguaçu se deu através de:

- a) Pesquisa documental, onde foram analisados documentos institucionais como: Plano Diretor do Campus de Foz do Iguaçu (Gestão – 2016/2019); Editais do Plano de Desenvolvimento do Agente Universitário (PDA) – (2012 a 2016); Relatórios da Pró-reitoria de Extensão (vigentes em 2017) e Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (vigentes em 2017); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Editais de licitação (2012 a 2016).
- b) Observação simples, definido por Gil (2008, p. 101) como “aquela em que o pesquisador, permanece alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem”. Realizada no mês de Setembro/2017, utilizou-se durante a observação *in loco* o registro fotográfico como coleta de dados;
- c) Pesquisa de campo: por se tratar de um estudo de caso, foi realizada uma pesquisa de campo junto aos setores administrativos da instituição no mês de setembro de 2017;
- d) Entrevista Informal: realizou-se uma entrevista informal com o Diretor Geral no mês de maio de 2017, com o objetivo de identificar as práticas socioambientais que estão sendo desenvolvidas na Instituição. Tal entrevista foi gravada e posteriormente transcrita para análise das informações coletadas.
- e) *Check-list*: Teve como objetivo verificar a percepção dos chefes dos setores administrativos quanto às práticas socioambientais na Unioeste Campus de Foz do Iguaçu uma vez que estes auxiliam o Diretor Geral na tomada de decisão. Utilizou-se as perguntas contidas no modelo de *check-list* de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) e adaptado para a realidade da instituição, sendo aplicado pelo formulário google no mês de novembro de 2016. No total foram 35 perguntas fechadas, divididas nos cinco eixos temáticos da A3P, no qual para cada pergunta havia duas opções de resposta: “adere” ou “não adere” e, 2 questões abertas, com o objetivo de identificar as ações socioambientais que estes desenvolvem em seus setores e também deixarem suas contribuições.

Na pesquisa de campo junto aos setores administrativos verificou-se:

Junto ao setor financeiro da instituição, verificou-se as contas de água e energia, consumo de combustível, compra de materiais de expediente, e copo descartável, a fim de identificar gastos e consumo no período de 2012 a 2016.

No setor de Patrimônio, identificou-se os bens inutilizados/obsoletos e sua destinação, bem como as instituições receptoras dos últimos três anos.

O levantamento de informações sobre o processo de coleta seletiva se deu junto ao setor de conservação no mês de setembro de 2017.

Quanto ao levantamento das licitações de materiais, serviços, equipamentos em geral e compra de veículo, foi verificado junto ao setor de licitação se as mesmas foram realizadas a partir de critérios de sustentabilidade, através da análise dos editais licitatórios disponíveis no site institucional no período de 2012 a 2016. Quanto às licitações de obras, foram analisados

os editais dos últimos três anos (2014 a 2016), com o mesmo objetivo de verificar se possuem critérios de sustentabilidade.

Após a identificação das ações socioambientais desenvolvidas no campus através da pesquisa documental, buscou-se contato por e-mail com os 11 responsáveis na implantação de tais ações nos meses de setembro e outubro de 2017, a fim de levantar informações sobre tais iniciativas.

O resultado das práticas socioambientais desenvolvidas no Campus de Foz do Iguaçu é apresentado no Capítulo 4 deste estudo. Realizou-se uma conciliação entre os eixos temáticos da A3P e as práticas socioambientais implantadas na instituição, utilizando-se o conjunto de indicadores de desempenho elaborado pelo programa A3P, conforme apresentado no anexo B.

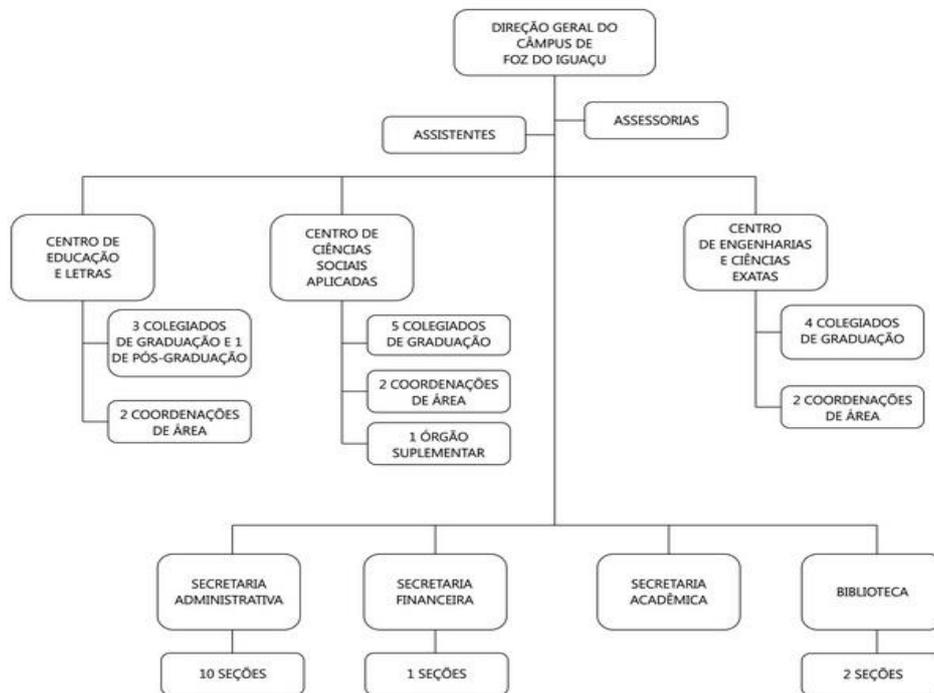
3.3 Local de estudo

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, teve seu reconhecimento em 23 de dezembro de 1994 e de acordo com seu novo Estatuto e Regimento de forma Multi-Campi, transformando-as em Campi da UNIOESTE. É composta pela Reitoria, 5 Campus (Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon, Toledo) e um Hospital Universitário (UNIOESTE, 2017).

Atualmente a Unioeste de Foz do Iguaçu é composta por um Campus e uma Extensão. No Campus está instalado o Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Centro de Educação, Letras e Saúde, além da Direção Geral e Setores Administrativos. Conta atualmente com 149 docentes, 1236 discentes de graduação, 214 discentes regulares de pós-graduação e 70 agentes universitários e terceirizados. Possui salas de aulas, laboratórios, auditório, biblioteca, cantina, restaurante universitário e campo de futebol. Oferece 9 cursos de graduação presenciais, 4 cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado).

Na extensão localizada nas instalações do Parque Tecnológico Itaipu (PTI) está o Centro de Engenharias e Ciências Exatas e setores administrativos. Conta atualmente com 72 docentes, 631 discentes e 10 agentes universitários. Possui salas de aulas, laboratórios, biblioteca e restaurante universitário. Oferece 4 cursos de graduação presenciais, 2 cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado). A figura 2 ilustra o organograma institucional da Unioeste de Foz do Iguaçu.

Figura 2 - Organograma Institucional da Unioeste de Foz do Iguaçu



Fonte: Unioeste (2017).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentaremos a análise e discussão dos resultados obtidos através da identificação das práticas socioambientais na Unioeste Campus Foz do Iguaçu sob a ótica dos eixos temáticos da A3P e resultado da entrevista com o Diretor Geral. Para apresentação das práticas socioambientais, realizou-se uma conciliação entre os eixos temáticos da A3P e as práticas socioambientais implantadas na instituição, utilizando-se o conjunto de indicadores de desempenho elaborado pelo programa A3P. Observa-se que nesta análise não se abordou o sexto eixo (construções, reformas e ampliações sustentáveis) da A3P uma vez que não consta no conjunto de indicadores de desempenho.

4.1 Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

De acordo com o MMA, usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos combustível e outros materiais de expediente. (BRASIL, 2017)

Para contextualizar o panorama do Campus Foz do Iguaçu em relação ao uso de recursos e de bens necessários ao desenvolvimento de suas atividades, realizou-se no início no mês de setembro a reunião de documentos e planilhas com gastos e consumo de papel, energia, água, combustível, copos plásticos, materiais de expediente entre outros para posterior análise e tabulação dos dados. Tais dados foram fornecidos pela Secretaria Financeira e Almoxarifado.

4.1.1 Consumo de água

Em relação à análise do consumo de água, recorreu-se à consulta do consumo de água no período de 2012 a 2016 e identificou-se que a água utilizada em toda Instituição vem de poço artesiano. Esta água é tratada e utilizada em várias atividades na instituição, como lavagem das calçadas, bebedouro, vasos sanitários, copa, entre outros, não havendo controle do consumo e gasto da mesma.

Considerando que a água é um recurso natural finito e que é necessário evitar seu desperdício, Lima (2014) destaca que a conscientização permite que as instituições incorporem práticas que resultem tanto na redução do desperdício, como também aproveitamento de fontes alternativas, como a água da chuva, que pode ser usada na limpeza das calçadas, por exemplo (DIAS, 2014).

Em entrevista com o Diretor Geral, o mesmo apresenta que é prioridade em sua gestão ações que objetivem a redução do consumo de água, como a instalação de cisternas para capturar água da chuva e fazer o reaproveitamento da mesma.

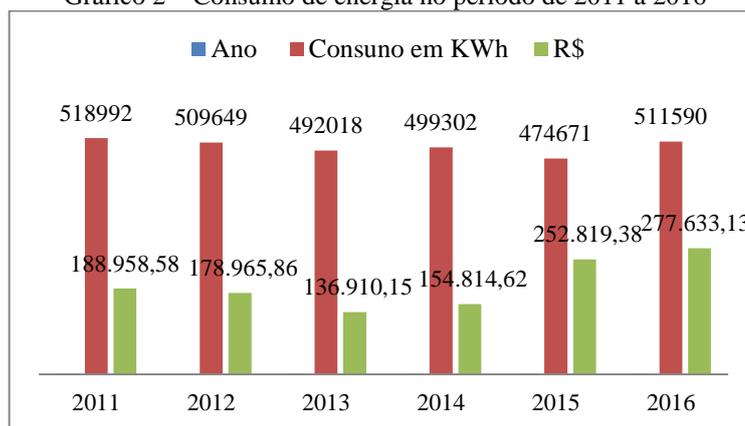
4.1.2 Consumo de energia elétrica

Ao observar a estrutura elétrica do Campus, notou-se que a maioria das lâmpadas é do tipo fluorescente, e que é quase inexistente os sensores de presença.

Quanto ao consumo de energia, analisou-se o consumo e gastos no período de 2012 a 2016 e observou-se uma diminuição do valor da fatura no período de 2012 a 2014 (R\$ 178.965,86 para R\$ 154.814,62) e um aumento significativo do valor destas de 2014 a 2016 (R\$ 154.814,62 para R\$ 277.633,13). Quanto ao consumo de energia no período, observou-se que houve uma pequena diminuição entre 2011 e 2015 (518992KW para 474671KW) e um leve aumento entre os anos de 2015 e 2016 (474671KW para 511590KW). Desse modo, acredita-se que o aumento no valor das faturas deve-se provavelmente pelo aumento no valor das tarifas de energia repassadas pelo Governo.

Destacamos que neste estudo foram analisados somente os valores das faturas e consumo total no período. Entretanto, há outras análises a serem feitas em relação a outros indicadores que impactam no valor financeiro da fatura, como por exemplo, o consumo fora de ponta. O gráfico 2 apresenta o consumo de energia no período de 2011 a 2016.

Gráfico 2 – Consumo de energia no período de 2011 a 2016



Fonte: Dados da pesquisa

Para Faria (2014), uma alternativa para a redução no consumo de energia elétrica seria a troca das lâmpadas fluorescentes por Led, que tem sido considerado um produto eficiente e amigo do meio ambiente, e tem se destacado das demais lâmpadas por inúmeras características positivas e por haver indicações para o uso em projetos sustentáveis. Em relação ao descarte e reciclagem o LED torna-se insuperável, possuem tamanho reduzido, podendo ser descartado em recipiente pequeno e facilmente transportado (FORCOLINI, 2011). Notável por não possuir substâncias tóxicas e não utilizarem de metais pesados como o mercúrio, incluso nas antecessoras lâmpadas fluorescente.

Em relação à redução no consumo de energia elétrica na Instituição, o Diretor Geral destacou que, “há projetos em andamento na instituição com o objetivo de otimizar a energia, mudar a forma de consumo. Fazer um grande projeto de eficiência energética para o campus”.

4.1.3 Consumo de copo plástico

No que se refere a ações voltadas para a redução do consumo de copos plásticos na Instituição, destaca-se a criação em 2011 do Projeto Caneca-Eco na gestão (2008-2011), onde foram distribuídos aos docentes, agentes universitários e estagiários, canecas de alumínio como forma de tentar reduzir a utilização de copos descartáveis e evitar a grande quantidade de resíduos gerados. Os resultados indicam que após a implantação do projeto, houve uma redução significativa no consumo de copos descartáveis. A tabela 1 demonstra o consumo de copos descartáveis no período de 2012 a 2016.

Tabela 1 - Consumo de copos plásticos (2012 a 2016)

Descrição	Ano				
	2012	2013	2014	2015	2016
Copo 180 ml	95.200	102.500	52.500	78.000	0
Copo 50 ml	34.700	117.500	0	50.000	0
Copo 300 ml	0	900	0	0	0
Total	129.900	220.900	52.500	128.000	0

Fonte: dados da pesquisa

Notou-se que após a implantação do projeto muitos funcionários utilizam as canecas de alumínio, como também canecas de cerâmica ou garrafas para tomar água e café.

Apesar dos dados apresentados, os copos ainda continuam sendo consumidos no restaurante universitário e em eventos que acontecem na Universidade. Ressalta-se a importância da Instituição manter uma postura de insistência, considerando que determinados hábitos não são fáceis de modificação.

Nesse sentido, Machado (2002) observa que promover mudanças no padrão de consumo, de hábito e de atitudes em indivíduos não é tarefa fácil, mas deve ser estimulada. No caso do uso dos copos plásticos, o autor destaca que a definição de medidas e seu emprego sistemático, de forma contínua, pode ser determinante para a modificação de hábitos na Instituição. O quadro 6 apresenta propostas de gestão sustentável do uso de copos plásticos.

4.1.4 Consumo de papel

Segundo o MMA, o papel é o resíduo gerado em maior quantidade pela administração pública e o que possui maior valor para aproveitamento por meio da reciclagem, se bem separado pela coleta seletiva (BRASIL, 2017).

Quanto à redução do consumo do papel, verificou-se que desde o ano de 2008 a instituição contrata uma empresa especializada em serviços de reprografia, no qual a empresa disponibiliza máquinas de xerox para a instituição, o papel sulfite A4, o toner e faz a manutenção dos seus equipamentos, e a instituição paga pela quantidade de folhas impressas no mês. Diante desta contratação houve uma redução significativa na compra de cartuchos de tinta para impressora, bem como papel sulfite A4. Além do serviço de reprografia, as máquinas de xerox dispõem de scanner, o que contribuiu para que os docentes disponibilizassem os materiais de aula aos alunos por meio digital.

Neste contexto, Dias (2014) destaca que diante do avanço tecnológico e da necessidade cada vez maior de reduzir os impactos negativos ambientais, não é concebível uma instituição permanecer com um procedimento de tramitação de documentos, predominantemente físico tornando-se necessária uma mudança na forma de circulação de papéis, do físico para o virtual. Segundo a autora, esta mudança contribuirá para maior rapidez, eficiência e eficácia na qualidade do serviço prestado.

4.1.5 Consumo de combustível

A instituição possui atualmente 6 veículos em sua frota, sendo dois veículos a diesel e quatro veículos flex. Por se tratar de uma universidade multicampi, são necessárias várias viagens por mês para outras unidades, para fins de reuniões, treinamentos, encontros entre outras atividades, o que gera maior consumo de combustível por mês. Uma alternativa para a redução no consumo de combustível seria maior utilização de recursos de comunicação pela

internet como a Skype e sala de videoconferência do Campus, a fim de minimizar os gastos com combustível. Segundo informado pela Seção de Informática do campus, há em média 12 pedidos de reserva da sala de videoconferência por mês.

4.2 Gestão adequada dos resíduos gerados

Este eixo temático trata os seguintes assuntos: coleta seletiva, resíduos perigosos, resíduos eletrônicos e plano de gestão de resíduo.

De acordo com o MMA, a gestão adequada dos resíduos passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar consumo desnecessário que causam impactos ambientais. Dessa forma deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente (BRASIL, 2009).

Em relação à reciclagem de papel na instituição, podemos destacar o projeto “Seu papel na Sociedade”, criado no ano de 2013 através do Plano de Desenvolvimento do Agente Universitário (PDA). Composto por agentes universitários, o projeto tem como objetivo fazer a separação dos papéis descartados nos setores administrativos e dar destinação aos mesmos. Com o projeto é recolhido uma média de 15kg de papel por semana e é produzido e devolvido ao Campus o papel em formato de cartão de visita, marcador de página, pasta para evento, blocos de anotações, cartões de datas comemorativas entre outros.

Quanto à coleta seletiva de toner, estes são recolhidos pela empresa prestadora de serviço de xerox, que tem a responsabilidade de dar a destinação correta dos mesmos.

No que se refere ao descarte de resíduos eletrônicos (descarte de computadores, impressoras, aparelhos telefônicos, aparelhos de fax), estes são separados em uma sala anexo ao setor de informática, após são catalogados pelo setor de patrimônio como bens inservíveis, e vão para leilão. Alguns itens que não possuem patrimônio como mouse, teclados e cabos, são encaminhados para uma empresa especializada em lixo eletrônico para o descarte correto.

No rol dos resíduos perigosos estabelecidos pelos indicadores da A3P (lâmpada fluorescente e pilha), o setor de manutenção do campus faz as trocas das lâmpadas inservíveis e armazenamento das mesmas. No entanto, a destinação correta destes resíduos, não está sendo feita no momento, uma vez que a instituição está sem empresa licitada para a realização do serviço. Vale destacar que resíduos de natureza química também são gerados em laboratórios da universidade em função das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e que devido à falta de empresa licitada para fazer o recolhimento e destinação destes, no momento estes não estão recolhidos e sendo acondicionados em recipientes dentro do próprio laboratório.

Quanto às pilhas e baterias, não foi identificado um local específico para o descarte das mesmas.

No que se refere à coleta seletiva observou-se a instalação de lixeiras seletivas em áreas externas (estacionamento e corredores das salas de aulas) e nas áreas internas (setores

administrativos), somente lixeiras para separação do papel. A instalação das lixeiras seletivas se deu através de um projeto submetido ao Programa Universidade Sem Fronteira no ano de 2009. Apesar da instalação das lixeiras, a instituição não possui parceria com cooperativa de catadores para o recolhimento dos materiais recicláveis. Não foi identificado um Plano de Gestão de Resíduos na instituição. As figuras 3, 3a e 3b ilustram as lixeiras usadas na área externa e interna da instituição.

Figura 3 - Lixeiras para a coleta seletiva da área externa



Fonte: pesquisa de campo, setembro/2017

Figura 3a - Lixeira para a coleta seletiva da área interna



Fonte: pesquisa de campo, setembro/2017

Figura 3b – Lixeira para acondicionamento do lixo recolhido



Fonte: pesquisa de campo, setembro/2017

4.3 Qualidade de vida no ambiente de trabalho (QVT)

Este eixo temático, qualidade de vida no ambiente de trabalho, está subdividido em dois temas: qualidade de vida no trabalho e segurança no serviço e acessibilidade.

Na esfera da sustentabilidade, a QVT revela-se como uma prática de gestão de recursos humanos pautada na valorização do ser humano, dando oportunidade para que a instituição se mobilize a fim de atender as necessidades e os anseios do servidor. Com isso, pode favorecer o estabelecimento de uma relação mais dinâmica e, também, contribuir para que este possa desempenhar suas atividades em um ambiente seguro e compatível com o esforço que elas exigem, minimizando os riscos à sua integridade, à dignidade e à saúde (LIMA, GOLEMBIESWSKI, 2015).

Neste sentido, destacamos alguns projetos dentro do tema QVT desenvolvidos na Instituição por ordem cronológica de sua implantação: Técnicas de Artesanato, Arte Terapia e Socialização (2012); Ginástica laboral (2013); Ser mais Unioeste (2016); Os saberes da alimentação saudável (2016); Fórum da Comunidade (2016); Feira agroecológica (2016). Estes projetos oferecem palestras, cursos, orientações individuais, dinâmicas em grupo, atividades laborais e oficinas, que trabalham temas como autoconhecimento, potencialidades, habilidades, bons hábitos alimentares, senso crítico, além de integrar a comunidade local.

A universidade oferece também através do Setor de Recursos Humanos, orientação psicológica aos servidores e promove anualmente a semana do servidor, a fim de integrar a comunidade acadêmica e tratar de temas sobre a qualidade de vida e saúde do servidor.

A fim de atender ao eixo QVT, o Diretor Geral destaca a intenção na sua gestão da “criação de uma sala ao ar livre, com o objetivo de reaproveitar o espaço do antigo bosque dos servidores existente na universidade”; o “Plantio de árvores ao redor do campus e futuramente construir uma pista de caminhada sob estas árvores” e; “Criação de uma horta para incentivar a prática da alimentação saudável e utilizar alimentos da horta no restaurante universitário”.

Quanto à segurança do trabalhador, destacamos o projeto da “CIPA (2015) e Estudo ergonômico (2016)”, através do qual foi possível realizar o mapeamento de risco dos espaços físicos da instituição e um estudo ergonômico dos setores administrativos do campus.

Identificou-se neste item que os servidores do setor de conservação (limpeza) utilizam equipamentos de proteção individual e carrinho de limpeza.

Com o objetivo de atender questões relacionadas à acessibilidade a toda a comunidade acadêmica, a partir do ano de 2010 a instituição vem realizando ações por meio da eliminação de barreiras arquitetônicas, permitindo o livre acesso aos espaços de uso coletivo, tais como: instalação de elevador nos prédios administrativo e biblioteca, colocação de corrimão nas rampas das passarelas, adequação dos banheiros. As figuras 4, 4a e 4b demonstram algumas das ações.

Figura 4 - Rampa de acessibilidade



Fonte: pesquisa de campo, setembro/2017

Figura 4a - Banheiro adaptado



Fonte: pesquisa de campo, setembro/2017

Figura 4b - Elevador



Fonte: pesquisa de campo, setembro/2017

Nota-se que o ambiente laboral da instituição atende os requisitos mínimos necessários à saúde, bem-estar e salubridade dos servidores.

Quanto à segurança no trabalho, percebeu-se que tanto os itens de segurança no trabalho quanto de ergonomia são atendidos na instituição, garantindo as condições mínimas para que o servidor exerça sua atividade em segurança, minimizando assim os riscos de acidente de trabalho e atendendo a legislação em vigor.

4.4 Sensibilização e capacitação dos servidores

Este eixo aborda a sensibilização e capacitação dos servidores para a questão socioambiental. De acordo com o MMA, criar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos gestores e servidores públicos é um grande desafio para a implantação da A3P e ao mesmo tempo fundamental para o seu sucesso (BRASIL, 2017).

Neste aspecto, desenvolver programas e discussões para tratar a questão socioambiental e sensibilizar gestores e servidores na Instituição é muito importante.

Atualmente, o projeto “Seu papel na Sociedade” que trata a conscientização do uso do papel e a “Caneca-Eco”, que trata a redução do consumo de copos plásticos, são os únicos projetos que trata a sensibilização ambiental na instituição.

Não foram identificadas ações de sensibilização/capacitação voltadas para os chefes de setores com relação à temática. Vale destacar que a A3P tem como principal objetivo “sensibilizar gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras” e neste sentido, é de extrema importância à sensibilização e capacitação destes “chefes”, uma vez que na estrutura organizacional estão vinculadas à Direção Geral do Campus e auxiliam nas tomadas de decisões.

Diante das atividades expostas, percebe-se que as ações de sensibilização voltadas para a temática socioambiental na instituição ainda é muito tímida e de forma isolada.

Quanto à capacitação, o MMA destaca que é uma ação que contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais nas questões relativas à gestão socioambiental e ao mesmo tempo fornece aos servidores oportunidade para desenvolver habilidades e atitudes para um melhor desempenho das suas atividades, valorizando aqueles que participam de iniciativas inovadoras e que buscam a sustentabilidade (BRASIL, 2017).

Sob esta ótica, foram identificadas oficinas de capacitação de reciclagem de papel oferecida pelo projeto “Seu papel na Sociedade” e oficinas de artesanato, ofertadas pelo projeto “Técnicas de Artesanato, Arte Terapia e Socialização”, que utilizam materiais recicláveis (garrafas pets, CDs inservíveis, papel) e os transformam em materiais decorativos que são utilizadas em datas especiais.

Para Lima (2014) a capacitação como medida educativa permite o servidor a desenvolver habilidades e capacidades que podem ser de grande valia no cotidiano da organização, como também pode constituir em um elemento que oportuniza aos servidores a

refletirem sobre a temática ambiental, no sentido de incorporarem de forma consciente as medidas definidas pelos gestores no âmbito da sustentabilidade.

Corroborando com o entendimento, sugere-se a criação de um comitê para discutir a temática socioambiental na instituição com representações docente, discente e de agentes universitários, uma vez a temática exige esforço de toda a comunidade acadêmica para que se obtenham os resultados esperados.

De acordo com Dias (2014), ao envolver todos os seguimentos da comunidade pretende-se aumentar o grau de integração e comprometimento de toda a instituição, além de produzir o efeito multiplicador das ações ambientais desenvolvidas. A autora destaca ainda que a universidade apresenta no seu corpo funcional profissionais de diversas áreas do conhecimento e essa prerrogativa de ser explorada a fim de potencializar o processo de construção da sua gestão ambiental.

4.5 Licitações sustentáveis

As contratações públicas sustentáveis têm sido apontadas como um relevante instrumento de gestão ambiental nos órgãos governamentais, haja vista objetivarem inserir critérios de sustentabilidade nos procedimentos destinados a adquirir bens e contratar serviços, além de estimular os governos a adotarem comportamentos que usualmente são exigidos de particulares e de pessoas jurídicas de direito privado, melhorando a imagem da autoridade pública (ALENCASTRO *et al*, 2014).

Neste sentido, este eixo busca identificar quais as práticas adotadas na instituição quanto à licitação sustentável.

A partir da análise dos editais licitatórios praticados no campus, observou-se que estes em sua maioria não contemplam critérios de sustentabilidade na aquisição de serviços e bens, exceto na aquisição de equipamentos de informática, em que consta no edital a necessidade de destinação ambientalmente adequada (logística reversa) do produto (UNIOESTE, 2017). Notou-se ainda que não consta no item “discriminação do produto a ser adquirido” dos Editais de Registro de Preço, exigências do conceito de sustentabilidade, conforme recomendado pela A3P (UNIOESTE, 2017).

O que se percebe quanto licitação sustentável no campus é que estas ainda não acontecem de forma plena, diferente do que aponta Santana e Moura (2013) em seu estudo na Agencia Estadual de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco observando-se que a instituição atende integralmente ao que se sugere na aquisição de bens.

Lima (2014) destaca que essa condição existente pode ser justificada pelo fato de a conscientização ambiental na administração pública ainda não ser uma temática dominante, havendo uma preocupação maior com o preço dos produtos e serviços adquiridos do que com a observação do comprometimento das organizações fornecedoras com a responsabilidade socioambiental.

4.6 Entrevista com o Diretor Geral

A entrevista com o Diretor Geral teve como objetivo identificar as práticas institucionais adotadas na gestão universitária da Unioeste Campus de Foz do Iguaçu.

Como resultado, destacamos algumas ações em fase de planejamento, ações em fase de execução e ações em processo de discussão ou aguardando respostas de editais, conforme apresenta o quadro 4.

Quadro 4 – Entrevista com o Diretor Geral

Ações em fase de planejamento	
Descrição	Objetivo de acordo com o Diretor Geral
Oficina coletiva	Sistematização das ações de sustentabilidade existentes no Campus, pois atualmente as mesmas acontecem de forma individual.
Sala de aula ao ar livre	Reaproveitar o espaço do antigo bosque dos servidores existente na Universidade e fazer uma sala ao ar livre. O projeto está sendo executado com o auxílio e uma engenheira ambiental.
Cinturão verde	Proposta de projeto de extensão para plantio de árvores com parceria da Secretaria de Meio Ambiente do Município
Pista de caminhada	Proporcionar um local arborizado para caminhadas no Campus, aberta à comunidade local
Criação de uma Horta	Incentivar a prática da alimentação saudável, utilizar alimentos da horta no Restaurante Universitário
Construção de Cisternas	Capturar água da chuva e fazer o reaproveitamento da mesma
Instalação de Placas Solares	“Basicamente a ideia é de otimizar a energia, otimização geral. Mudar a forma de consumo. Fazer um grande projeto de eficiência energética para o campus”.
Construções Sustentáveis	Fazer todos os processos de licitações para construção baseado nos princípios da sustentabilidade
Em execução	
Projeto “Seu papel na Sociedade”;	Tem como objetivo a reciclagem do papel
Projeto: Alimentação Saudável	Promover ações voltadas às boas práticas da alimentação saudável à comunidade acadêmica
Ser mais Unioeste	Programa para atender as demandas dos servidores
Feira Agroecológica	Valorizar os produtores locais e trazer a prática da alimentação saudável
Propostas em Discussão ou Aguardando resultados de Editais	
Núcleo de Agroecologia	Projeto Agroflorestal proposto ao CNPQ
Curso de enfermagem para educadores do campo	“A ênfase é pensar os processo de assistência à saúde, num campo utilizando do campo; ou seja, aí entra o debate das ervas medicinais, o tratamento disso com a medicina tradicional e, apoio pra educação para esta questão e assim por diante”. Já está aprovado no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Fonte: Dados da entrevista

4.7 Percepção dos gestores quanto às práticas socioambientais na Unioeste de Foz do Iguaçu

Neste capítulo apresentaremos os resultados da pesquisa realizada com os chefes de setores, para identificar a percepção destes quanto às práticas socioambientais na Unioeste Campus de Foz do Iguaçu sob a ótica dos eixos temáticos da A3P.

Participaram da pesquisa 15 gestores de diversos setores administrativos: Biblioteca, Secretaria Financeira, Secretaria Administrativa, Secretaria Acadêmica, Setor de Compras, Licitações, Transporte, Laboratório, Informática, Almoxarifado, Assessoria Técnica, Conservação e Segurança.

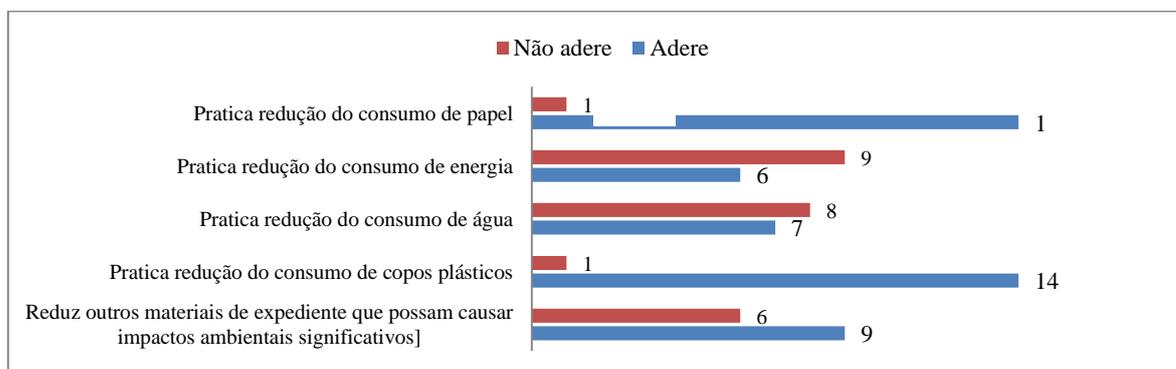
Quanto ao perfil dos respondentes, 73,3% deles são do sexo feminino e 26,7% do sexo masculino. Todos os respondentes possuem nível superior completo, sendo 47% graduados, 33% especialistas, 13% mestres e 7% doutor. Com relação ao tempo de serviço na instituição 47% estão na empresa entre 11 e 15 anos; 33% entre 21 e 25 anos e; 20% entre 16 e 20 anos. Quanto ao tempo de exercício na função de chefia, 53% estão entre 6 e 10 anos no cargo; 33% estão nos primeiros 5 anos; 14% entre 11 e 20 anos. Notou-se que todos eles possuem mais de 15 anos na instituição e a maioria (67%) estão em cargo de chefia há mais de 10 anos.

4.7.1 Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Formado por cinco perguntas, este eixo tinha como objetivo identificar a percepção dos chefes de setores quanto ao uso racional de energia, água e madeira, além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente na Instituição.

Quanto ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos, notou-se que a prática da redução do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente, são os mais praticados na instituição na percepção dos respondentes. Já a prática de redução do consumo de energia e água são os menos praticados, conforme apresentado no gráfico 3.

Gráfico 3 - Percepção dos gestores quanto ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos



Fonte: Dados da pesquisa

Percebeu-se que os itens que mais se destacam com relação ao uso racional de recursos naturais e bem públicos (papel e copos plásticos) são aqueles em que há na instituição projetos de conscientização e sensibilização, demonstrando a importância destas ações para mudanças nos hábitos das pessoas.

4.7.2 Gestão adequada dos resíduos gerados

A gestão adequada dos resíduos passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar consumo desnecessário que causam impactos ambientais. Dessa forma deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente (BRASIL, 2009).

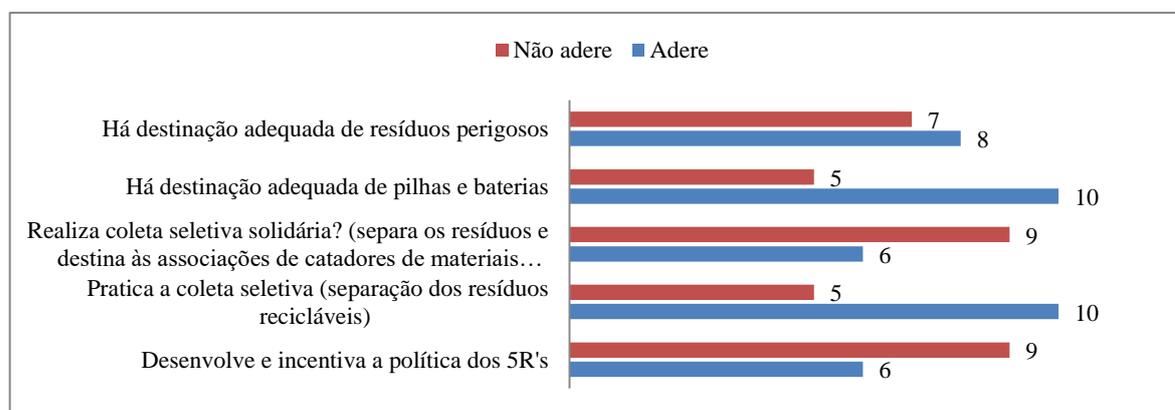
Neste sentido, as questões deste eixo tinham como objetivo identificar a prática da Gestão adequada dos resíduos gerados na Instituição.

No que se refere à destinação adequada de resíduos perigosos, os resultados apontam que 53% dos respondentes indicam que a instituição adere, e 47% indicam que não.

Quanto à prática de destinação adequada de pilhas e baterias e prática da coleta seletiva, observou-se que para a maioria (67%) dos respondentes a instituição as praticam. Apesar dos resultados apontados quanto a destinação de pilas e baterias, não encontrou-se na lixeira identificada para o depósito das mesmas quando realizada a observação do local pelo pesquisador. Quanto à coleta seletiva, verificou-se várias lixeiras nas áreas internas e externas da instituição, identificadas pelo padrão de cores estabelecida pela resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2005.

Em relação à coleta seletiva solidária e a prática da política dos 5R's, os resultados apontam que 60% dos respondentes indicam que não há esta prática na instituição. Embora há nas áreas externas lixeiras no padrão de cores para as coletas seletivas, ainda não há formada uma Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nem integração com Associação de Catadores. O gráfico 4, representa a percepção dos respondente quanto à gestão adequada dos resíduos gerados.

Gráfico 4 – Percepção dos gestores quanto à gestão adequada dos resíduos gerados



Fonte: Dados da pesquisa

Os dados demonstram que a instituição precisa ampliar a divulgação de práticas como destinação de resíduos perigosos, coleta seletiva solidária e política dos 5R'S, uma vez que nestes itens mais da metade dos respondentes indicaram as desconhecem. Mostra-se evidente que a gestão de resíduos gerados ainda não se encontra concretizada.

4.7.3 Qualidade de vida no ambiente de trabalho

O eixo qualidade de vida no ambiente de trabalho, envolve tanto os aspectos físicos e ambientais, como os aspectos psicológicos do local de emprego, além de atender as necessidades do servidor e desenvolver ações para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. (BRASIL, 2017).

Neste sentido, os resultados indicam que nas condições de segurança e saúde no trabalho, a instituição atende 6 dos 9 itens indicados pela A3P.

Quanto ao desenvolvimento das capacidades e respeito à legislação, os respondentes apontam que estes também estão sendo atendidos na universidade.

No que se refere à integração social e interna, notou-se que todas as ações estão sendo atendidos para a maioria dos pesquisados. No entanto os itens: “incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário e incentiva e promove a integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais” deveriam ser mais divulgados. O quadro 5 apresenta os resultados do eixo qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Quadro 5 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Descrição	Adere	Não adere
Condições de segurança e saúde no trabalho		
Oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores	15	0
Atende a todas as exigências de acessibilidade em todas as suas instalações	13	2
Possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores	11	4
Possui controle da jornada de trabalho	14	1
Possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)	4	11
Os ambientes, especialmente os de trabalho, são salubres	11	4
Possui programa de saúde ocupacional	2	13
Possui programa de orientação nutricional	2	13
Possui atendimento psicológico	14	1
Desenvolvimento de capacidades		
Incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas.	12	3

Incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas.	11	4
Integração social e interna		
Incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos.	11	4
Incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa.	12	3
Incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário.	8	7
Incentiva e promove a integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais.	9	6
Respeito à legislação		
Incentiva e respeita a liberdade de expressão	15	0
Incentiva e respeita a privacidade pessoal	15	0
Incentiva e respeita o tratamento imparcial	15	0

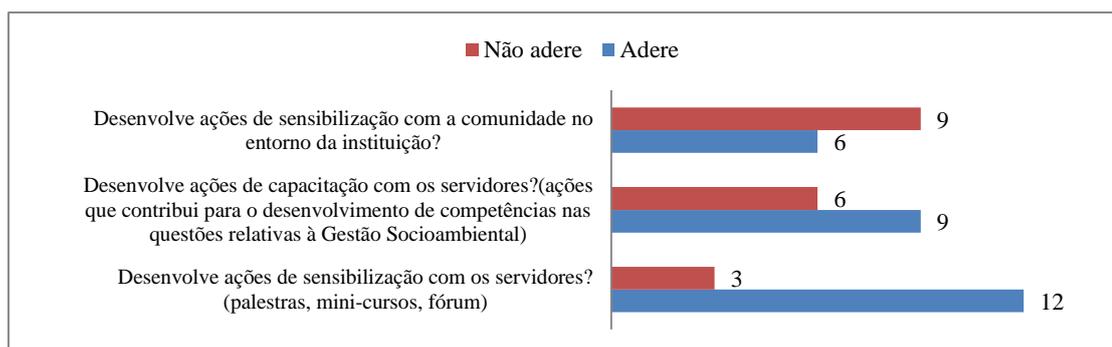
Fonte: Dados da pesquisa

4.7.4 Sensibilização e capacitação dos servidores

Composta por 3 questões, este eixo teve como objetivo, identificar práticas na instituição quanto a sensibilização e capacitação dos servidores.

Em relação a desenvolver ações de sensibilização com a comunidade entorno da instituição, 60% dos respondentes indicam que a instituição não apresenta nenhum programa em prática. Já quanto a desenvolver ações de capacitação e sensibilização com os servidores, estes apontam que há práticas sendo realizadas pela instituição, conforme observado no gráfico 5.

Gráfico 5 – Percepção dos gestores quanto à sensibilização e capacitação dos servidores



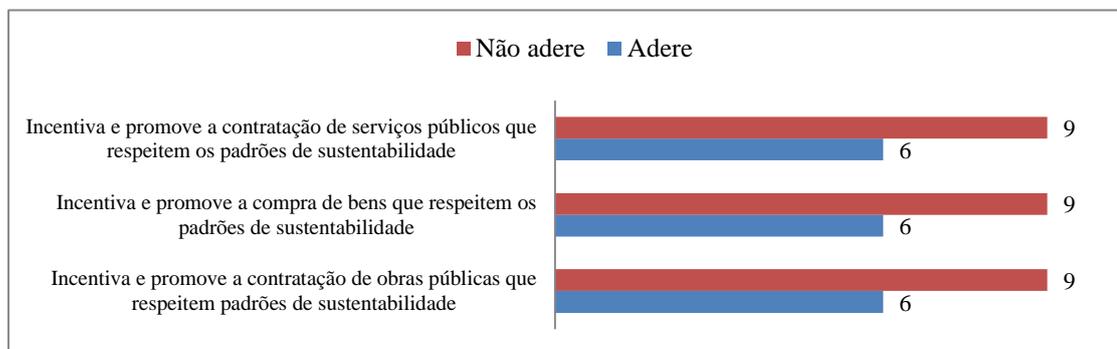
Fonte: Dados da pesquisa

4.7.5 Licitações sustentáveis

Este eixo tinha como objetivo, identificar se a Instituição adere ou não práticas de Licitações Sustentáveis. Segundo Brasil (2009), a administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras.

Com relação às licitações sustentáveis, observou-se que na percepção dos respondentes, que nenhum dos 3 itens estão sendo atendidos, completamente na instituição. O gráfico 6 apresenta a percepção dos gestores quanto à licitação sustentável.

Gráfico 6 – Percepção dos gestores quanto à licitação sustentável



Fonte: Dados da pesquisa

4.7.6 Sensibilização com os gestores

Esta questão tinha por objetivo verificar se a instituição realiza alguma sensibilização com os gestores com relação à responsabilidade socioambiental. Os resultados da pesquisa apontam que 80% dos respondentes afirmaram não receber algum tipo de sensibilização sobre a temática.

Ao serem questionados se praticavam alguma ação socioambiental no setor em que trabalha, obteve-se 9 respostas positivas, descritas no quadro 6 e separadas nos 5 eixos temáticos da A3P (eixo 1- recursos naturais e bens públicos; eixo 2 – Gestão dos resíduos gerados; eixo 3 – qualidade de vida no ambiente de trabalho; eixo 4 – sensibilização de capacitação; eixo 5 – licitação sustentável):

Quadro 6 – Práticas socioambientais realizadas pelos gestores

Descrição	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	Respondente
Separação do papel e a utilização de canecas de cerâmica	X	X				respondente 1
Uso adequado dos bens públicos; sensibilização quanto ao uso dos recursos.				X	X	respondente 2
Reutilização de papel rascunhos.	X					respondente 3
Separação de papel para reciclagem e separação de lixo eletrônico.	X	X				respondente 4
Ao imprimir utilizo o verso do papel e uso de caneca.	X	X				respondente 5
Reutilização.	X					respondente 8
Imprimir documentos somente quando é imprescindível e aproveitar ambos os lados do papel.	X					respondente 9

Separação de papel, não uso copo descartável.	X	X				respondente 10
Reutilização do papel; utilização de garrafa plástica para tomar água; separação do lixo (orgânico e reciclagem).	X	X				respondente 15

Fonte: Dados da pesquisa

Observou-se nas respostas dos participantes que as práticas mais comuns entre os gestores estão vinculadas ao eixo 1 e 2 (redução do consumo de papel e copos plásticos). Acredita-se que este resultado pode estar relacionado com o fato de existir na instituição projeto de reciclagem de papel e redução do consumo de copos plásticos.

O resultado demonstra ainda, necessidade de maior conscientização e mudanças nos hábitos dos gestores quanto aos eixos 3, 4 e 5, uma vez que quando se trata de responsabilidade socioambiental, todos os eixos temáticos devem ser praticados.

Ao serem questionados quanto às práticas socioambientais que deveriam ser implementadas na instituição, obtiveram-se as respostas conforme apresentado no quadro 7.

Quadro 7 – Sugestões dos gestores de práticas a serem implementadas na instituição

Descrição	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	Respondente
Redução do uso de papel, água e energia elétrica.	X					respondente 1
Conscientização quanto às impressões; gastos com telefone; sensibilização quanto ao uso de energia elétrica.	X					respondente 2
Utilização de energias renováveis, captação de água das chuvas	X					respondente 3
Reuso de água. Energia solar.	X					respondente 4
Conscientização de uso e gastos dos recursos naturais, água e energia e controle de poluentes.	X					respondente 7
Reduzam o impacto ambiental gerado através de índices como a cota de carbono, por exemplo.	X					respondente 8
Conscientização, respeito, dialogo, valorização, meio ambiente.				X		respondente 11
Coleta seletiva do lixo, cisternas para economia de água, reaproveitamento do papel.	X	X				respondente 12
Horta Universitária; Cinturão verde com plantio de árvores; construção de cisterna para captação de água; Utilizar recursos acadêmicos para estabelecer placas energéticas; salas de aula ao ar livre.	X		X			respondente 13
Separação do lixo para reciclagem; modernização da iluminação; coleta e reaproveitamento da água; sensibilização e treinamento sobre ergonomia.	X	X	X	X		respondente 14

Reaproveitamento da água da chuva; implantação da horta orgânica e plantas medicinais; implantação de placas solares; racionalização do transporte (carros da instituição); instalação de coletor para pilhas e baterias; ações de conscientização coletiva sobre a importância da sustentabilidade com a comunidade acadêmica .	X	X	X	X		respondente 15
--	---	---	---	---	--	----------------

Fonte: Dados da pesquisa

Com base nos resultados, verificou-se novamente que os eixos 4 e 5 são os menos notáveis pela maioria dos gestores.

4.8 Proposições

Diante do diagnóstico realizado na instituição quanto à adoção de práticas socioambientais, constatou-se que ações estão sendo desenvolvidas de maneira isolada e por iniciativa em sua maioria por agentes universitários e docentes. Nesta esfera, há necessidade da criação de uma Agenda Ambiental na instituição, a fim de cumprir os requisitos mínimos estabelecidos nos 5 eixos temáticos da A3P.

Neste sentido, apresentaremos algumas propostas de práticas socioambientais sugeridas pela (A3P), e ainda não realizadas na instituição. O quadro 8 apresenta as propostas.

Quadro 8 – Proposições de práticas socioambientais

Uso racional dos recursos e bens naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Promover campanhas de conscientização para o não desperdício da água; • Maior utilização de luz natural, fechar as portas quando o ar condicionado estiver ligado, trocar lâmpadas incandescentes por lâmpadas de led, instalar sensores de presença; • Organizar materiais de divulgação com dicas de consumo responsável; • Redução do consumo de copos plásticos no RU; • Revise textos na tela do computador e só imprima se for realmente necessário; • Ao imprimir ou escrever, utilize os dois lados do papel; • Criação de um comitê gestor para tratar das questões de energia na Instituição • Reaproveitamento da água da chuva para lavagem das calçadas; • Desligar equipamentos (ar condicionado, computador, multimídia) ao término das atividades (administrativas/aulas); • Substituir válvulas de descarga e torneiras por sistemas eficientes; • Otimizar a vazão das torneiras dos lavatórios, através da troca das válvulas; • Adoção de equipamentos de alta pressão de água que permitam uma limpeza efetiva e com grande economia. • Fazer revisão na rede elétrica do campus; • .Adoção de canecas ou garrafas por parte dos acadêmicos; • Reduza o uso de papel (e de madeira) o máximo possível;
Gestão dos resíduos gerados	<ul style="list-style-type: none"> • Colocação de lixeiras seletivas nos setores administrativos; • Implantar um plano de gestão de resíduos; • Fazer uma parceria com cooperativas de catadores; • Colocar cartazes de conscientização nos setores sobre o consumo responsável; • Contratar empresa especializada para o recolhimento dos resíduos perigosos.
Qualidade de vida no	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação sobre alimentos orgânicos e agricultura familiar.

ambiente de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar eventos específicos de promoção do uso da bicicleta; • Aferir a qualidade do ar e o nível de ruído no ambiente laboral dentro dos níveis exigidos em legislação; • Implantar programa de prevenção de riscos ambientais, entre outras ações; • Estimular os servidores e colaboradores para a prática de atividades físicas;
Sensibilização e capacitação	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de palestras educativas de sensibilização e conscientização em todos os eixos da A3P; • Distribuir e fixar nos setores práticas socioambientais; • Formação de agentes ambientais na instituição para auxiliar nas ações a serem realizadas; • Criar a “sala verde”, espaço de referência socioambiental; • Promover discussões com a temática socioambiental com a comunidade acadêmica periodicamente.
Licitação sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação em compras e contratações sustentáveis

Fonte: elaboração própria

4.9 Síntese da análise das práticas socioambientais na Unioeste de Foz do Iguaçu sob a ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Conforme revelado pela pesquisa, as práticas socioambientais desenvolvidas na Unioeste de Foz do Iguaçu surgiram na sua maioria por iniciativas isoladas, através de projeto de extensão submetido por docente, através de projetos vinculados ao PDA, no caso dos agentes universitários ou por iniciativas institucionais. Dos 11 projetos encontrados em andamento, 3 deles (Coleta seletiva, Caneca-Eco e Fórum da Comunidade) são de caráter institucional, 7 são projetos vinculados ao PDA e 1 deles é vinculado ao projeto de extensão de docente.

Observou-se que todos os eixos temáticos da A3P estão sendo atendidos parcialmente pela instituição, mas que há muitas ações ainda a serem feitas, principalmente no que se refere à sensibilização dos gestores para a temática responsabilidade socioambiental e quanto às licitações sustentáveis.

Notou-se que há interesse do Diretor Geral em realizar várias ações socioambientais, contudo, há necessidade do envolvimento e esforço de toda a comunidade acadêmica para que mudanças de hábitos aconteçam efetivamente.

Neste sentido, a implantação de uma Agenda Ambiental encontra espaço para ser amplamente discutida com a comunidade acadêmica, e inserida na instituição, fazendo com que as medidas adotadas sejam coerentes com as noções de sustentabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou fazer um diagnóstico das práticas socioambientais adotadas por uma Instituição de Ensino Superior Estadual, sob a ótica dos eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Concluiu-se que a instituição atende parcialmente as diretrizes propostas pela A3P, uma vez que existem ações isoladas sendo realizadas nos 5 eixos temáticos.

Identificou-se como resultado da pesquisa, um total de 11 projetos voltados para a temática sustentabilidade, sendo 7 deles executados por agentes universitários e vinculados ao Plano de Desenvolvimento do Agente Universitário (PDA), 3 de caráter institucional, e 1 vinculado a projeto de extensão docente.

No eixo 1 (recursos naturais e bens públicos) não foram observadas ações significativas quanto a energia, água e combustível. Já em relação à redução do consumo de papel e copos plásticos, foram identificados os projetos “Seu papel na Sociedade”, e “Caneca-Eco” em execução, evidenciando que a instituição cumpre parcialmente a este eixo.

Quanto ao eixo 2 (gestão dos resíduos gerados) os resultados apresentam a falta de uma Plano de Gestão de Resíduos, falta de conscientização quanto a coleta seletiva, parceria com catadores de reciclagem, bem como a inexistência atualmente de empresa especializada para o recolhimento e descarte correto dos resíduos perigosos, demonstrando a necessidade urgente de adoção de diretrizes de gerenciamento de resíduos.

No que se refere ao eixo 3 (qualidade de vida no ambiente de trabalho), a Instituição destaca-se, atendendo a maioria dos requisitos. Percebeu-se que tanto os itens de segurança no trabalho quanto de ergonomia são atendidos na Instituição, garantindo as condições mínimas para que o servidor exerça sua atividade em segurança, minimizando assim os riscos de acidente de trabalho e atendendo a legislação em vigor.

O eixo 4 contempla ações sobre sensibilização e capacitação dos servidores. Neste quesito verifica-se a necessidade de ampliar ações voltadas para a temática socioambiental, principalmente com os gestores, uma vez que estes são responsáveis por auxiliar e estimular a mudança de hábito nas atividades rotineiras da instituição.

Quanto ao eixo 5 (licitações sustentáveis), observou-se que é quase inexistente ações neste eixo.

Observou-se nas respostas dos gestores quanto à percepção às práticas socioambientais na instituição, que muitos desconhecem estas práticas. Conclui-se diante dos resultados que o processo de comunicação e sensibilização com os gestores deve ser melhorado, uma vez que estes estão vinculados a Direção Geral do Campus e auxiliam na tomada de decisão.

Ficou evidenciado no estudo que não existe na instituição uma política ambiental formalmente inserida em sua gestão. Este resultado também é evidenciado no estudo de Marinho (2014), que destaca que 55 (75%) das 73 instituições pesquisadas por ele não

apresentam alguma estrutura ou plano de gestão que pode implicar uma abordagem abrangente e institucionalizada quando a sustentabilidade.

Cabe ressaltar que a análise dos resultados indicou a necessidade de criar uma agenda ambiental na instituição, a criação de um comitê para discutir a temática socioambiental na Instituição com representações docente, discente e de agentes universitários, uma vez a temática exige esforço de toda a comunidade acadêmica para que se obtenham os resultados esperados. Dias (2014), destaca que ao envolver todos os seguimentos da comunidade pretende-se aumentar o grau de integração e comprometimento de toda a instituição, além de produzir o efeito multiplicador das ações ambientais desenvolvidas.

Destaca-se ainda que a A3P é um importante instrumento para organizações públicas que buscam incorporar práticas de sustentabilidade em suas atividades rotineiras com vistas a atender às exigências legais de responsabilidade socioambiental e a incrementar os resultados organizacionais por meio da implantação de práticas nos 6 eixos temáticos.

6 REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, M. A.C.; SILVA, E.V. da.; LOPES, A.M. D'A. Contratações sustentáveis na administração pública brasileira: a experiência do Poder Executivo federal. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 48(1):207-35, jan./fev. 2014.

ALSHUWAIKHAT, H. M.; ABUBAKAR, I. (2008). An integrated approach to achieving campus sustainability: assessment of the current campus environmental management practices. *Journal of Cleaner Production*. 16(2008): 1777-1785.

APPOLINÁRIO, F. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ARAÚJO, M. I de O. A universidade e a formação de professores para a educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, n. 0, p.71-78, nov. 2004. Trimestral.

BARATA, M. M. D. L.; KLIGERMAN, D. C.; MINAYO-GOMEZ, C. A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 165-170, 2007.

BARBIERI, J. C. Políticas públicas indutoras de inovações tecnológicas ambientalmente saudáveis nas empresas. **RAP**. Rio de Janeiro. 31(2):135-52. Mar/Abr. 1997.

Barbieri, J. C., Vasconcelos, I. F. G., Andreassi, T. e Vasconcelos, F. C. (2010), “Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições”, *Revista de Administração de Empresas*, Vol. 50, No. 2, pp. 146-154.

BASTOS, P. R. F. de Moura, (2006). Eficiência Energética na Universidade Federal da Bahia. **In: XVII Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica**, Belo Horizonte, MG.

BIDERMAN, R.; MACEDO, L. S. V. de; MONZONI, M.; MAZON, R.. Compras Públicas Sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. **Guia de ICLEI** — Governos Locais pela Sustentabilidade, Secretariado para América Latina e Caribe (LACS) e Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (GVces), Serviço Federal, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Cartilha A3P – agenda ambiental da administração pública. Brasília: MMA; SDS; PNEA, 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf. Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. 5ª ed. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **A3P**: Agenda ambiental na administração pública. Brasília, 2011b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=36> Acesso em jun. 2011.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/a3p_balanco.pdf>. Acesso em set. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Cartilha A3P: Agenda ambiental na administração pública**. 6. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2013.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Curso de Capacitação sustentabilidade na administração pública**. Brasília, 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/a3p>>. Acesso em mar. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/parceiros/item/9417>>. Acesso em abr. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/a3p-em-numeros>>. Acesso em ago. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/rede-a3p>>. Acesso em ago. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente, 2017. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/8921-indicadores-a3p>>. Acesso em set. 2017.

BRUNDTLAND, G. et al. **Nosso Futuro Comum. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, FGV, 1988.

CABESTRÉ, S. A. et al. Comunicação estratégica, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: um estudo destacando os aspectos teórico-conceituais e práticos. **Conexão-Comunicação e Cultura**, v. 7, n. 13, jan./jun. 2008.

CALLENBACH, E. et al.. **Gerenciamento ecológico**. São Paulo: Cultrix, 1993.

CALIXTO, L. Responsabilidade Socioambiental: Pública ou Privada? **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 3, p. 123-147, 2009.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARAMEZ R. B.; COOPER M.; Plano diretor para a gestão ambiental universitária: a experiência do campus “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (USP). In: LEME, P.C.S.; PAVESI, A.; ALBA, D.; GONZÁLEZ, M.J. (Org). **Visões e experiências Ibero-Americanas de Sustentabilidade nas Universidades: desdobramentos do 3º Seminário**

Internacional de Sustentabilidade na Universidade (17 a 19 de novembro de 2011, São Carlos, SP, Brasil). Madrid: UAM, p. 97.

CARETO, H.; VENDEIRINHO, R. **Sistemas de Gestão Ambiental em Universidades: Caso do Instituto Superior Técnico de Portugal**. Relatório Final de Curso, 2003. Disponível em: <<http://meteo.ist.utl.pt>> Acesso em jul. 2008.

CASTRO, R. G.; LIMA, D. V. **Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CASTRO, J. K.; GESSER, T.; FLACH, L.; PFITSCHER, E. D. Licitações Públicas sustentáveis: um estudo em um Ministério do Brasil. **Revista Ambiente Contábil**. UFRN. Natal-RN. v. 5. n. 2, p. 86 – 106, jul./dez. 2013.

CAVATTI, F. dos S. **“Relatório de Sustentabilidade” GRI (Global Reporting Initiative) para a Universidade Federal do Espírito Santo: estudo prospectivo sobre possibilidades de adoção**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.

CINTRA, Y. C. **A integração da sustentabilidade às práticas de controle gerencial das empresas no Brasil** / Yara Consuelo Cintra. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2011. São Paulo, 2011.198 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. (1991). **Nosso futuro comum** (2a ed.). Rio de Janeiro: FGV.

COUTO, A. P.; ALVES, M. do C.; MATOS, A. F. de; CARVALHO, P. G. de. Universidade na transição para a Sustentabilidade: Tendências, estratégias e práticas. **III Seminário Internacional - REDE ALFA PLANGIES**, 23-27 de Maio de 2005. Universidad Nacional de Costa Rica.

DALAPÉ, J. C. **Compras Públicas Sustentáveis**. 2008. 197f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Da Fundação Educacional Inaciana Pe. Sabóia de Medeiros, São Bernardo do Campo, 2008.

DIAS, A. L. **Gestão ambiental na UFBA sob a perspectiva dos eixos temáticos da A3P**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2014.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A Gaiola de Ferro Revisitada: Isomorfismo Institucional e Racionalidade Coletiva nos Campos Organizacionais. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, abr.-jun., 2005.

ELKINGTON, J. Enter the triple bottom line In: The triple bottom line, does it all add up? Henriques, A.; Richardson, J. (editores) Londres: Earthscan, 2004. p. 1-16.

ENGELMAN, R.; GUISSO, R. M.; FRACASSO, E. M. Ações de Gestão Ambiental nas Instituições de Ensino Superior: o que tem sido feito. **Revista de Gestão Social e Ambiental**. Jan. – Abr. 2009, V.3, N°1, p. 22-33.

ENGLE, R. L. (2007). Corporate social responsibility in host countries: a perspective from American managers. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, 14(1), 16-27. doi: 2/csr.114.

ESPINHEIRA, M. J. C. L. **O estudo da gestão ambiental, em Instituições de Ensino Superior, à luz de princípios éticos:** um estudo de caso na Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR. Dissertação (Mestrado) Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. São Leopoldo, 2014.

FARIA, A. C. de. **Iluminação sustentável:** os benefícios do uso da tecnologia led nos projetos de iluminação. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável) Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2014.

FREITAS, C. L. de; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D. P.. Agenda Ambiental na Administração Pública: uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P. **XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul.** Florianópolis, 2011.

FONSECA, A. MACDONALD, A.; DANDY, E.; VALENTI, P. The state of sustainability reporting at Canadian universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, vol. 12, nº 1, p. 22- 40, 2011.

FORCOLINI, G. **Illuminazione LED.** 2. ed. Milano: Biblioteca Tecnica Hoepli, 2011. 210 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZÁLEZ, E.; MEIRA, P.; MARTINÉZ, C. (2015). “**Liturgia y techo de cristal en la inducción de la sustentabilidad en las instituciones de educación Superior.** Una perspectiva desde Iberoamérica”. Borrador.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **In: Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: Autores Associados, n.118, 2003.

JUCKER, R. “Sustainability? Never heard of it” Some basics we shouldn’t ignore when engaging in education for sustainability. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, 3, 1, 8-18. 2002.

KRAEMER, M. E. Responsabilidade social – uma alavanca para a sustentabilidade. **Revista Pensar Contábil – Responsabilidade Social e Ambiental.** Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, 2000.

KRAEMER, M. E. A Universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 3, n. 2, nov./2004.

KRUGER, S. D.; FREITAS, C. L. de; PFITSCHER, E. D.; PETRI, S. M. Gestão Ambiental em Instituição de Ensino Superior: uma Análise da aderência de uma Instituição de Ensino Superior comunitária aos objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). **Revista GUAL.** Florianópolis, v. 4, n. 3, p.44-62, set/dez. 2011.

LARA, P. T. de R. **Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior**. Universidade Federal de Santa Maria, v(7), nº 7, p. 1646 – 1656, Mar/Jun, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/5341/3308>>. Acesso em abr. 2017.

LIMA, J. S.. Entrevista X. (fev., 2014). Entrevistador: Andréia Lé Dias. Compostagem1.mp3 (47 min). Salvador, 2014.

LIMA, A. C. P. de; GOLEMBIESWSKI, C. Agenda Ambiental na UNICENTRO: um estudo da qualidade de vida no trabalho a partir do método Kruger. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v.2, n.1, 2015.

LOYOLA, M. M. A Responsabilidade socioambiental da administração pública. **Revista do Ministério Público do Estado de Goiás**, Goiânia, 15, n. 1.809-5.917, p. 7-12, abr./jun. 2008.

LUIZ, L.C., *et al.*. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **In: Revista Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 5, n. 2, p. 114-134, abr./jun. 2013.

MACHADO, J.G. **Gestão ambiental na administração pública: a mudança de padrões de consumo começa em casa**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília. Brasília, 2002.

MARINHO, M. B. Universidades e sustentabilidade. Uma pesquisa em Instituições de Educação Superior Brasileiras. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica, 2014.

MARTINS, G. A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATIAS, S. L. A. **Responsabilidade socioambiental na Universidade Federal de Sergipe: princípios e práticas para a promoção da sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão, 2014.

MEDEIROS JR., G. J. Universidade e Responsabilidade Social. In: Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América Latina. 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária, 2004.

MELO NETO, F. P de; FRÓES, C. **O Bem-feito: os novos desafios da gestão de responsabilidade socioambiental sustentável corporativa**. Rio de Janeiro. Qualitymark Editora. 2011. 188p.

MENDONÇA, B. A. Diagnóstico para implantação de um sistema de gestão ambiental em uma instituição federal de ensino. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2015.

OLIVEIRA, P. F. R. de; OLIVEIRA, B. F. de; ROHRICH, S. S. Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: Uma revisão sobre as Conferências Internacionais para a

Sustentabilidade em IES. **Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**. Dezembro, 2016.

PEGORIN, M. C.; SANTOS, D. C. dos; MARTINS, I. de S. C.. A aplicação da agenda ambiental no setor público: estudo de caso em uma Instituição da Administração Pública Federal. **X Congresso Nacional de Excelência em Gestão**, 2014.

PETRELLI, C. M; COLOSSI, N. A quarta via das instituições de ensino superior: a responsabilidade social. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, vol. 5 nº 13, p.71-83, 2006.

PHILIPPI JR., A; *et al.* **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004.

PINTO, J. S.; CARLETTO, M. R. Educação Ambiental no currículo escolar: algumas reflexões sobre o papel ativo do educador. **In: II Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia**. Anais. 2010.

PROCEL (2002). **Manual de Prédios Eficientes em Energia Elétrica**. Cláudia Barroso Krause... [et al.]; José Luiz Pitanga Maia, coordenador – Rio de Janeiro: IBAM/ELETRORÁS/PROCEL, 2002. 228p.

RAMOS, T. A. B.. **Avaliação de desempenho ambiental no setor público**: Estudo do setor da defesa. Dissertação de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROAF, S.; FUENTES, M.; THOMAS, S. *Ecohouse: A casa ambientalmente sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

SALAM, M. A.. Creating Sustainable Supply Chain Through Green Procurement. **International Journal of Business Insights and Transformation**, v. 3, n.3, 2011.

SANTANA, W. A.; MOURA, G. J. B.. Aplicação das diretrizes propostas pela agenda ambiental da administração pública. **Revista Brasileira de Administração Científica**, Aquidabã, v.5, n.1, p.307-315, 2014

SILVA, L. C.; LONGO, O. C.; QUELHAS, O. L. G.. Qualidade de vida no trabalho no contexto da sustentabilidade: uma estrutura conceitual a partir da revisão de literatura. **INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção**, v. 02, n. 01, p. 75-84, 2010.

SILVEIRA, M. L. G. da. **Práticas de Racionamento Hídrico em Instituições de Ensino Superior**: uma proposição para uma instituição do Estado do Paraná. Dissertação (Mestrado) Centro Socioeconômico. Pós-graduação em Contabilidade. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2015.

STÖHLIRCK, L.; NEUSSER, L.; MARTINS, L. F. G.; CANHA, L. N.; ABAIDE, A. da R. A busca da eficiência energética através do gerenciamento pelo lado da demanda e inserção de fontes renováveis de Energia em prédios públicos. **XX SNPTEE – Seminário Nacional**

de Produção e Transmissão de Energia Elétrica. 22 a 25 de novembro de 2009. Recife - PE.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa:** estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2005.

TAUCHEN, J; BRANDLI, L. A Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: Modelo para Implantação em Campus Universitário. **Gestão e Produção**, v.13, n.3, p. 503-515, Set-Dez 2006.

UNIOESTE. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Plano de desenvolvimento institucional. Resolução 081/2013-COU de 27 de junho de 2013. Disponível em <<http://www.unioeste.br/servicos/arqvirtual/arquivos/0812013-COU-ANEXO.pdf?10:33:49>>. Acesso em jun. 2017.

UNIOESTE. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Licitações. Disponível em: <<http://www.foz.unioeste.br/licitacoes.php>>. Acesso em ago. 2017.

UNIOESTE. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Licitações. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/servicos/arqvirtual/arquivos/Preg%C3%A3oEletr%C3%B4nico0222017.pdf>>. Acesso em ago. 2017.

UNIOESTE. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Histórico. Disponível em: <http://www.foz.unioeste.br/historico.php>. Acesso em set. 2017.

UNIOESTE. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Organograma. Disponível em: <http://www5.unioeste.br/transparencia/images/Documentos/Institucional/Organogramas/ORGANOGRAMA%20FOZ.jpg>. Acesso em set. 2017.

VASCONCELLOS, G. S. **Sustentabilidade Socioambiental no gerenciamento dos Campi da Universidade Federal do Ceará.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Fortaleza, 2015.

VIEGAS, S. de F. S. da S.; CABRAL, E. R.; GOMES, S. C.; CARVALHO, A. C. C. Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: Estudo da Adesão e Ação em uma Universidade Pública. **AOS, Brazil**, V.4, n.2,jul/dez. 2015, p.7-28.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução Ana Thorell; revisão Técnica Cláudio Damascena. 4. ed.- Porto Alegre: Bookman, 2010.

WACLAWOVSKY, E. dos S. A.; ALVES, S. M. As construções sustentáveis e o desenvolvimento sustentável do habitat humano. XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Maturidade e desafios da Engenharia de Produção: competitividade das empresas, condições de trabalho, meio ambiente. São Carlos, SP, Brasil, 12 a15 de outubro de 2010.

WEBER, J. Sustainable Public Biddings: The case of Universidade Federal da Fronteira Sul's University restaurant. **RACE**, Unoesc, v. 15, n. 2, p. 419-446, maio/ago. 2016.

APÊNDICE A – CHECK-LIST ADAPTADO DE FREITAS *et al.* (2011).

Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Adere	Não adere
Pratica redução do consumo de papel	14	1
Pratica redução do consumo de energia	6	9
Pratica redução do consumo de água	7	8
Pratica redução do consumo de copos plásticos	14	1
Reduz outros materiais de expediente que possam causar impactos ambientais significativos]	9	6
Gestão adequado dos resíduos gerados		
Desenvolve e incentiva a política dos 5R's	6	9
Pratica a coleta seletiva (separação dos resíduos recicláveis)	10	5
Realiza coleta seletiva solidária? (separa os resíduos e destina às associações de catadores de materiais recicláveis)	6	9
Há destinação adequada de pilhas e baterias	10	5
Há destinação adequada de resíduos perigosos	8	7
Qualidade de vida no ambiente de trabalho		
Oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores	15	0
Atende a todas as exigências de acessibilidade em todas as suas instalações	13	2
Possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores	11	4
Possui controle da jornada de trabalho	14	1
Possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)	4	11
Os ambientes, especialmente os de trabalho, são salubres	11	4
Possui programa de saúde ocupacional	2	13
Possui programa de orientação nutricional	2	13
Possui atendimento psicológico	14	1
Incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas	12	3
Incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas	11	4
Incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos]	11	4
Incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa	12	3
Incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário	8	7
Incentiva e promove a integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais	9	6
Incentiva e respeita a liberdade de expressão	15	0
Incentiva e respeita a privacidade pessoal	15	0
Incentiva e respeita o tratamento impessoal	15	0
Sensibilização e Capacitação dos servidores		
Desenvolve ações de sensibilização com os servidores? (palestras, mini-cursos, fórum)	12	3

Desenvolve ações de capacitação com os servidores?(ações que contribui para o desenvolvimento de competências nas questões relativas à Gestão Socioambiental)	9	6
Desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição?	6	9
Licitação Sustentável		
Incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade	6	9
Incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade	6	9
Incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade	6	9

Fonte: Dados da pesquisa

ANEXO A – PARCEIROS FORMAIS DA A3p (BRASIL, 2017).

A

Administração Regional do Lago Sul, RA XVI (DF)
Advocacia Geral da União
Agência Nacional de Águas, ANA
Agência Nacional do Cinema, ANCINE
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (CE)
Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (PB)
Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ALERJ (RJ)
Autarquia Territorial Distrito Estadual de Fernando de Noronha (PE)

B

Banco da Amazônia (AM)
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, BRDE

C

Câmara dos Deputados
Câmara Legislativa do Distrito Federal, CLDF (DF)
Câmara Municipal de Passo Fundo (RS)
Câmara Municipal de Ubá (MG)
Casa da Moeda do Brasil
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, COMARA (AM)
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paraíba, CODEVASF
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, CPRM
Consórcio Intermunicipal do Vale do Parapanema, CIVAP
Conselho Nacional do Ministério Público
Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 2ª Região, CRECI (SP)
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Ceará (CE)
Controladoria Geral do Estado de Sergipe (SE)
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, CBMDF (DF)

D

Departamento de Trânsito do Distrito Federal, DETRAN (DF)
Diretoria de Ensino da Região de São José dos Campos (SP)

E

Eletronorte
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia, HEMOBRÁS
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, DATAPREV
Escola Nacional de Administração Pública
Escola Superior do Ministério Público da União

F

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, FEE (SC)
Fundação Nacional de Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, UNIVASF (PE)
Furnas Centrais Elétricas S.A.

G

Governo do Estado de Mato Grosso

H

Hospital de Clínicas de Porto Alegre (RS)
Hospital Federal Cardoso Fontes (RJ)
Hospital Federal da Lagoa (RJ)

I

Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM
Instituto Brasília Ambiental, IBRAM (DF)
Instituto de Biologia do Exército, IBEx
Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, IDEMA (RN)
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, IFAC (AC)
Instituto de Meio Ambiente do Acre, IMAC (AC)
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, JBRJ (RJ)
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, IPAAM (AM)
Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti, Hemorio (RJ)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM (AM)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Campus Guarapari (ES)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (GO)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Rio Verde (GO)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Corrente (PI)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Floriano (PI)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (RN)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, IFSC (SC)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, IFTO (TO)
Instituto Natureza de Tocantins, NATURATINS (TO)
Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe, ITPS (SE)
Instituto Vital Brazil, IVB

J

Justiça Federal de 1º Grau em Minas Gerais (MG)
Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo (SP)

M

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Ministério Público do Estado do Amapá (AP)
Ministério Público do Estado de Goiás (GO)
Ministério Público do Estado do Maranhão (MA)
Ministério Público do Estado do Paraná (PR)
Ministério Público do Estado de Pernambuco (PE)
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (RJ)
Ministério Público do Estado de São Paulo (SP)
Ministério Público do Trabalho
Município da Estância de Socorro (SP)
Município da Estância Turística de Itu (SP)
Município de Aracaju (SE)
Município de Bastos (SP)
Município de Betim (MG)
Município de Boquim (SE)
Município de Brasil Novo (PA)
Município de Cabreúva (SP)
Município de Campos de Goytacazes (RJ)
Município de Cruzália (SP)
Município de Gastão Vidigal (SP)
Município de Guararema (SP)
Município de Ibirarema (SP)
Município de Icapuí (CE)
Município de Imperatriz (MA)
Município de Itajubá (MG)
Município de Jaguariúna (SP)
Município de Jandira (SP)
Município de Luís Eduardo Magalhães (BA)
Município de Mesquita (RJ)

Município de Osasco (SP)
Município de Oscar Bressane via CIVAP
Município de Passo Fundo (RS)
Município de Patrocínio Paulista (SP)
Município de Pedrinhas Paulista (SP)
Município de Piquet Carneiro (CE)
Município de Porto Belo (SC)
Município de Porto Velho (RO)
Município de Presidente Castello Branco (SC)
Município de Recife (PE)
Município de Ribeirão Grande (SP)
Município de Rio Claro (SP)
Município de Santarém (PA)
Município de São José dos Campos (SP)
Município de Sorocaba (SP)
Município de Tarumã (SP)
Município de Teresina (PI)
Município de Turmalina (SP)
Município de Ubatuba (SP)
Município de Valparaíso de Goiás (GO)
Município de Vinhedo (SP)

P

Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, CINDACTA I
Procuradoria da República na Bahia (BA)
Procuradoria da República no Distrito Federal do Ministério Público Federal (DF)
Polícia Militar do Distrito Federal, PMDF (DF)

S

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São José do Egito (PE)
Secretaria de Estado de Infra-Estrutura do Tocantins (TO)
Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação de Alagoas, SECTI (AL)
Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal (DF)
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe (SE)
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, SEMA (MA)
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (PA)
Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude de Alagoas, SELAJ (AL)
Secretaria de Gestão Ambiental do Município de São Bernardo do Campo (SP)
Secretaria de Meio Ambiente do Município de Bragança Paulista (SP)
Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará (CE)
Senado Federal
Serviço de Limpeza Urbana, SLU (DF)
Serviço Federal de Processamento de Dados, SERPRO
Serviço Social da Indústria, SESI Departamento Regional do Ceará (CE)
Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Maranhão, SAMF (MA)
Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Pará, SAMF (PA)
Superintendência de Desenvolvimento do Centro-OESTE, SUDECO
Superintendência de Provisão Complementar, PREVIC
Superintendência Estadual do Meio Ambiente, SEMACE
Superintendência Regional da Fundação Nacional de Saúde (MG)
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais (MG)
Superior Tribunal de Justiça, STJ
Supremo Tribunal Federal, STF

T

Tribunal de Contas da União, TCU
Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (MT)
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (RJ)
Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (SC)

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (DF)
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (SC)
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (ES)
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (RJ)
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (RN)
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região de Brasília (DF)
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região Campinas (SP)
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região São Luiz (MA)
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região do Rio de Janeiro (RJ)
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região Teresina (PI)
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região de São Paulo (SP)
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região Belo Horizonte (MG)
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região Fortaleza (CE)
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região do Pará (PA)
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região do Paraná (PR)
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (DF)
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Tribunal Superior do Trabalho, TST

U

Universidade Estadual do Maranhão (MA)
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (RN)
Universidade Federal da Grande Dourados (MS)
Universidade Federal de Pernambuco (PE)
Universidade Federal de Pernambuco, *Campus* do Agreste (PE)
Universidade Federal de Santa Catarina (SC)
Universidade Federal de Sergipe (SE)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RN)

ANEXO B – INDICADORES DE DESEMPENHO DA A3P

Tema	Subtema	Código	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
1. Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos	1.1. Energia	1.1.1.	Consumo de energia elétrica	Quantidade de kwh consumidos	mensal e anual
		1.1.2.	Consumo de energia elétrica per capita	Quantidade de Kwh consumidos / total de servidores	mensal e anual
		1.1.3.	Gasto com energia	Valor da fatura em reais (R\$)	mensal e anual
		E1.1.4.	Uso de energia renovável – percentual	(Total de Kwh de energia elétrica a partir de fontes renováveis /total de kwh de energia elétrica) x 100	mensal e anual
		E1.1.5.	Energia elétrica economizada – percentual	(Total de Kwh de energia elétrica no mês 2 – total de kwh de energia no mês 1 / total de energia elétrica) x 100	mensal e anual
		E.1.1.6.	Uso de lâmpadas fluorescentes eficientes	Quantidade (unidades) de lâmpadas incandescentes substituídas por lâmpadas fluorescentes com selo Procel-Inmetro de desempenho na área de iluminação	anual
		E.1.1.7.	Uso de sistema de controle de iluminação por timer ou foto célula	Informar se utiliza ou não sistema de controle de iluminação	anual
	1.2. Água	1.2.1.	Volume de água utilizada	Quantidade de m ³	mensal e anual
		1.2.2.	Volume de água per capita	Quantidade de m3 de água/ total de servidores	mensal e anual
		1.2.3.	Gasto com água	Valor da fatura em reais (R\$)	mensal e anual
		A1.2.4.	Consumo de água mineral	Total de galões de água mineral (20 litros) adquiridos	mensal e anual
		A1.2.5.	Gasto com aquisição de água mineral	Valor gasto com compra de galões de água mineral em reais (R\$)	mensal e anual
		E.1.2.6.	Reutilização de Água	Total de m3 de água cinza (servida) + Total de m3 de água captada da chuva	anual
		E.1.2.7.	Uso de hidrômetros individualizados para controle do consumo de água	Informar se utiliza ou não sistema de controle de individualização de despesa com água	anual
		E.1.2.8.	Uso de equipamentos hidráulicos eficientes	Informar se utiliza ou não equipamentos hidráulicos eficientes	anual
	1.3. Copos Descartáveis	1.3.1.	Consumo de copos de 200 ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 200 ml utilizados	mensal e anual
		1.3.2.	Consumo de copos de 50ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 50 ml utilizados	mensal e anual
		1.3.3.	Consumo per capita de copos de 200ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos de 200 ml / quantidade de servidores	mensal e anual
		1.3.4.	Consumo per capita de copos de 50ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos de 50 ml / quantidade de servidores	mensal e anual
		1.3.5.	Gasto com aquisição de copos descartáveis	Valor (R\$) gasto com a compra de copos descartáveis (200ml + 50 ml)	mensal e anual

		.3.6.	Utilização de utensílios não descartáveis	Quantidade (unidades) de xícaras + copos + garrafas produzidos a partir de material permanente	mensal e anual
		E.1.3.7.	Percentual de uso de utensílios não descartáveis	Quantidade total de utensílios não descartáveis (xícaras+copos permanentes)/ quantidade total de copos descartáveis utilizados (50 ml + 20ml) x 100	mensal e anual
	1.4. Papel	1.4.1.	Consumo mensal de papel branco (clorado)	Quantidade (unidades) de folhas de papel branco utilizadas	mensal e anual
		E.11.4.2	Consumo per capita de papel branco (clorado)	Quantidade (unidades) de folhas de papel branco clorado utilizadas / quantidade de servidores	mensal e anual
		1.4.3	Consumo mensal de papel não clorado e reciclado	Quantidade (unidades) de papel não clorado + Quantidade (unidades) de papel reciclado utilizado	mensal e anual
		1.4.4.	Gasto com aquisição de papel branco (clorado)	Valor (R\$) gasto com a compra de papel branco (clorado)	mensal e anual
		1.4.5.	Gasto com aquisição de papel reciclado	Valor (R\$) gasto com a compra de papel reciclado (clorado)	mensal e anual
		1.4.6	Gasto com aquisição de papel não-clorado	Valor (R\$) gasto com a compra de papel não-clorado	mensal e anual
		E.1.4.7.	Percentual de papel reciclado e não clorado	(Quantidade total de papel reciclado + quantidade total de papel não-clorado/ quantidade total de papel branco (clorado) x 100	mensal e anual
		E.1.4.8.	Emissão de CO2	Quantidade de resmas de papel (500 folhas) consumidas x 3,5 Kg de CO2	anual
	1.5. Transporte Aéreo	1.5.1	Gasto com passagens aéreas nacionais	Valor (R\$) gasto com a compra de passagens aéreas nacionais	mensal e anual
		1.5.2.	Gasto com passagens aéreas internacionais	Valor (R\$) gasto com a compra de passagens aéreas internacionais	mensal e anual
		1.5.3.	Milhas percorridas no país	Quantidade de milhas percorridas no país	mensal e anual
		1.5.4	Milhas percorridas no exterior	Quantidade de milhas percorridas no exterior	mensal e anual
		E.1.5.5.	Utilização de videoconferências	Quantidade de videoconferências realizadas	mensal e anual
		E.1.5.6.	Emissão de CO2	Distância (Km) percorrida x 0,11 Kg CO2	anual
	1.6. Transporte Terrestre	1.6.1.	Frota total	Quantidade de veículos utilizados no transporte de funcionários	mensal e anual
		1.6.2.	Quilometragem percorrida	Quantidade de quilômetros percorridos	mensal e anual
		1.6.3.	Consumo de Gasolina	Quantidade (litros) de gasolina consumida	mensal e anual
		1.6.4.	Consumo de Álcool	Quantidade (litros) de álcool consumido	mensal e anual
		1.6.5	Gasto com combustível	Valor (R\$) gasto com o abastecimento de veículos	mensal e anual
		E.1.6.6.	Emissão de CO2	Quantidade (litros) de gasolina consumida x 2,63 KgCO2/l	anual

2. Gestão adequada dos resíduos gerados	2.1. Coleta Seletiva	2.1.1.	Reciclagem de papel	Quantidade (Kg) de papel destinado à reciclagem	mensal e anual	
		2.1.2.	Reciclagem de papelão	Quantidade (Kg) de papelão destinado à reciclagem	mensal e anual	
		2.1.3.	Reciclagem de Toner	Quantidade (unidades) de toner destinados à reciclagem	mensal e anual	
		2.1.4.	Reciclagem de Plástico	Quantidade (Kg) de plástico destinado à reciclagem	mensal e anual	
		E.2.1.5.	Total de material reciclável destinado às cooperativas	Kg de Papel + Kg de Papelão + Kg de Plástico+ Kg de plástico destinados à reciclagem	mensal e anual	
		E.2.1.6.	Reutilização de Papel	Quantidade (Kg) de papel reutilizado	mensal e anual	
	2.2. Resíduos Perigosos	2.2.1.	Descarte de lâmpadas fluorescentes	Quantidade (unidades) de lâmpadas trocadas	mensal e anual	
		2.2.2.	Descarte de pilhas e baterias	Quantidade (Kg) de pilhas e baterias descartadas	mensal e anual	
		E.2.2.3.	Logística reversa de lâmpadas fluorescentes	Quantidade (unidades) de lâmpadas recicladas pela empresa prestadora do serviço	anual	
	2.3. Resíduos Eletroeletrônicos	2.3.1.	Descarte de computadores	Quantidade (unidades) de computadores inutilizados/ obsoletos descartados	mensal e anual	
		2.3.2.	Descarte de impressoras	Quantidade (unidades) de impressoras inutilizadas/ obsoletas descartadas	mensal e anual	
		2.3.3.	Descarte de aparelhos telefônicos inutilizados/ obsoletos	Quantidade (unidades) de aparelhos telefônicos inutilizados	mensal e anual	
		2.3.4.	Descarte de aparelhos de fax inutilizados/obsoletos	Quantidade de aparelhos de fax inutilizados/ obsoletos	mensal e anual	
	2.4. Plano de Gestão de Resíduos	2.4.1.	Definição de Plano de Gestão de Resíduos	Informar se há Plano de Gestão de Resíduos Sólidos	anual	
	3. Licitações Sustentáveis	3.1. Ar condicionado	3.1.1.	Sistema de ar condicionado eficiente	Quantidade de equipamentos adquiridos (unidades)	anual
			3.1.2.	Substituição de equipamentos antigos por equipamentos com sistema eficiente	Quantidade de equipamentos substituídos (unidades)	anual
			3.1.3.	Uso de sistema de automação	Informar se utiliza ou não equipamentos hidráulicos eficientes	anual
		3.2. Iluminação	3.2.1.	Aquisição de lâmpadas eficientes	Quantidade (unidades) de lâmpadas fluorescentes com selo Procel-Inmetro de desempenho adquiridas	anual
			E.3.2.2.	Uso de reatores eletrônicos com alto fator de potência	Quantidade (unidades) de reatores adquiridos	anual
E.3.2.3.			Uso de luminárias reflexivas de alta eficiência	Quantidade (unidades) de luminárias adquiridas	anual	
3.3. Água		3.3.1.	Aquisição de torneiras com válvulas redutoras de pressão e temporizadores	Quantidade (unidades) de torneiras adquiridas	anual	
		3.3.2.	Aquisição de torneiras com sensores ou fechamento automático	Quantidade (unidades) de torneiras adquiridas	anual	

		3.3.3.	Aquisição de sanitários com válvulas de descarga com duplo acionamento ou a vácuo	Quantidade (unidades) de sanitários adquiridos	anual
		3.3.4.	Porcentagem de equipamentos economizadores de água adquiridos	(Quantidade de equipamentos economizadores de água adquiridos / total de equipamentos hidráulicos utilizados) x 100	anual
	3.4. Papel	3.4.1.	Aquisição de papel A4 100% reciclado para impressão	Quantidade (Kg) de papel não clorado adquirido	anual
		3.4.2.	Aquisição de papel não clorado para impressão	Quantidade (Kg) de papel reciclado adquiridos	anual
		3.4.3.	Aquisição de envelope de papel 100% reciclado	Quantidade (Kg) de envelopes de papel adquiridos	anual
		3.4.4.	Porcentagem de papel 100% reciclado adquirido	Quantidade (Kg) de papel 100% reciclado adquirido / total de papel adquirido	anual
	3.5. Madeira	E.3.5.1.	Aquisição de madeira certificada	Informar materiais adquiridos que foram produzidos a partir de madeira certificada	anual
	3.6. Veículos	3.6.1.	Aquisição de veículos flex	Quantidade de veículos flex adquiridos	anual
		E3.6.2.	Aquisição de veículos movidos a biocombustíveis	Quantidade de veículos movidos a biocombustíveis adquiridos	
	3.7. TI Verde	3.7.1.	Aquisição de estações de trabalho	Quantidade (unidades) de equipamentos adquiridos com base na Portaria SLTI nº 2	anual
		3.7.2.	Aquisição de netbook	Quantidade (unidades) de netbook adquiridos com base na Portaria SLTI nº 2	anual
		3.7.3.	Aquisição de impressoras frente-verso	Quantidade (unidades) de impressoras frente-verso adquiridas	anual
	3.8. Serviços de Limpeza	E3.8.1.	Materiais biodegradáveis	Informar sobre a inclusão, no contrato, de material de limpeza biodegradável	anual
	3.9. Serviços de Copa	3.9.1.	Copos permanentes	Quantidade (unidades) de copos plásticos substituídos por copos não descartáveis	anual
	4. Qualidade de vida no trabalho	4.1. Qualidade de vida no trabalho	4.1.1.	Saúde e qualidade de vida	Informar sobre os programas existentes para promoção da saúde e da qualidade de vida dos servidores
4.1.2.			Redução do stress no trabalho	Informar as ações para diminuir o estresse e promover a interação dos servidores	anual
4.1.3.			Participação dos servidores nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho	(Quantidade de servidores que participaram de programas ou ações de qualidade de vida/ total de servidores da instituição) x 100	anual
4.2. Segurança no serviço e acessibilidade		4.2.1.	Comissão Interna de prevenção de acidentes	Informar se há ou não Comissão	anual
		4.2.2.	Brigada contra incêndios	Informar se há ou não Brigada	anual
		4.2.3.	Acesso apropriado para portadores de deficiência	Informar se há ou não acesso apropriado	anual

5. Sensibilização e Capacitação	5.1. Ações de sensibilização para os servidores	5.1.1.	Curso para servidores	Listar os cursos realizados	anual
		5.1.2.	Campanhas	Listar as campanhas realizadas	anual
		5.1.3.	Publicações	Listar as publicações	anual
		5.1.4.	Comunicação	Listar as estratégias de comunicação utilizadas	anual
		5.1.5.	Palestras	Listar palestras realizadas	anual
	5.2. Capacitação de servidores	5.2.1.	Plano/Programa de capacitação de servidores	Informe se a instituição possui plano ou programas para capacitação dos servidores	anual
		5.2.2.	Servidores capacitados	Número de servidores capacitados	anual

Fonte: BRASIL (2017)